



**CURSO DE JORNALISMO**

**EDUARDO DA SILVA SCHNEIDER**

**O HUMOR COMO ESTRATÉGIA DE LEITURA DAS  
NOTÍCIAS NA DITADURA E ABERTURA POLÍTICA: O  
CASO DO PASQUIM (1969 a 1991)**

**Santa Maria**

**2020**

**EDUARDO DA SILVA SCHNEIDER**

**O HUMOR COMO ESTRATÉGIA DE LEITURA DAS NOTÍCIAS NA  
DITADURA E ABERTURA POLÍTICA: O CASO DO PASQUIM (1969 a  
1991)**

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado ao Curso de Jornalismo, Área de Ciências Sociais, da Universidade Franciscana, como requisito parcial para a obtenção do grau de Jornalista – Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo.

**Orientador: Prof. Me. Carlos Alberto Badke**

**Santa Maria**

**2020**

**EDUARDO DA SILVA SCHNEIDER**

**O HUMOR COMO ESTRATÉGIA DE LEITURA DAS NOTÍCIAS NA DITADURA E  
ABERTURA POLÍTICA: O CASO DO PASQUIM (1969 a 1991)**

Trabalho Final de Graduação (TFG)  
apresentado ao Curso de Jornalismo, Área de  
Ciências Sociais, da Universidade Franciscana,  
como requisito parcial para obtenção do grau  
de Jornalista – Bacharel em Comunicação  
Social – Jornalismo.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Me. Carlos Alberto Badke. Orientador - Universidade Franciscana**

---

**Jornalista e Esp. em Comunicação e Política Fernanda Couto. Produtora e  
apresentadora na TV Câmara Bagé.**

---

**Prof. Me. Roselaine Casanova Corrêa. Coordenadora do Curso de História –  
Universidade Franciscana**

**Santa Maria, 10 de julho de 2020.**

## AGRADECIMENTOS

O Trabalho Final de Graduação – TFG é uma das últimas etapas da vida acadêmica, seja em uma licenciatura ou bacharelado. É um processo caracterizado por um caminho mais longo onde o percurso, muitas vezes, não é dos mais fáceis, por se tratar de uma pesquisa aprofundada. Para tornar esta jornada sem traumas, adotei uma estratégia: organização. Do campo das ideias até a formalização do trabalho foi preciso anotações, orientações e, claro, muita pesquisa. Acredito que consegui alcançar os objetivos propostos dentro do prazo estabelecido, mas é importante agradecer a colaboração que tive neste percurso.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador Carlos Alberto Badke. De uma conversa despreziosa em uma escadaria do Conjunto III da UFN, que este trabalho ganhou vida. Falei sobre meu interesse sobre a sátira no jornalismo e a resposta veio de imediato, com sugestões de pesquisa. Depois, conheci O Pasquim, através do livro *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa*, de Bernardo Kucinski. Serviu como gatilho para aprofundar a pesquisa sobre um dos jornais que marcaram época, tanto pela crítica, quanto pela resistência contra a censura no país.

De etapa a etapa, que este trabalho ganhou forma. Nos primeiros encontros presenciais o orientador exigia: “Duas páginas por semana”. Nos últimos meses de pesquisa, foi preciso nos adaptarmos ao sistema remoto, alternativa adotada pela instituição em concordância com as autoridades por conta da pandemia do novo Coronavírus. Continuamos as orientações através de vídeo chamadas. Isso foi fundamental para que não se perdesse fôlego na fase final da pesquisa. Por este transcurso e apoio do orientador nas horas difíceis, ressalto minha gratidão.

O apoio da família, amigos, professores e colegas também me deram ânimo e serviram como “combustível” para continuar os estudos, não só nesta fase, mas durante todo o curso de Jornalismo. Foi com este apoio que encarei com entusiasmo e força de vontade as viagens semanais, entre Caçapava do Sul, cidade onde morei durante 95% da graduação e Santa Maria, município onde está localizada a Universidade Franciscana.

A frase pode soar clichê, mas faz todo sentido desde que a gente tem as primeiras experiências na área da comunicação social: jornalismo não se faz sozinho. É preciso ter colegas, trabalhar em equipe e estar dentro de uma rede de relações que nos permitam estar por dentro de diferentes realidades. Com esta reflexão, amadurecida durante o período em que atuei no mercado de trabalho em conjunto com a faculdade, que concluo estes sinceros agradecimentos.

*“Todo equívoco humano é satirizável. Enquanto  
houver ser humano com suas carências,  
inseguranças e dúvidas, haverá sátira.”*

*Ziraldo*

## RESUMO

O presente Trabalho Final de Graduação busca compreender o humor como estratégia de leitura das notícias na Ditadura e Abertura Política, no jornal O Pasquim. Por ser um periódico que utilizou textos opinativos e imagens, a ideia é analisar charges, artigos e entrevistas que foram publicadas no jornal. A categorização de conteúdo foi feita através de seleção de charges e textos contidas em 14 edições do jornal, no período entre 1969 e 1991.

**Palavras-chave:** O Pasquim. Humor no jornalismo. Imprensa alternativa; Ditadura Militar; Abertura Política.

## **ABSTRACT**

The present Undergraduate Thesis seeks to understand humor as a strategy for reading news in the Dictatorship and Political Opening era in the newspaper O Pasquim. It was a periodical newspaper that used opinionated texts and images. The idea is to analyze cartoons, articles and interviews that were published in the newspaper. The choice of content was made through a selection of some cartoons and texts contained in 14 editions of the newspaper, which cover the period between 1969 and 1991.

**Keywords:** Pasquim; Humor in journalism; Alternative press; Military dictatorship; Political Openness.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exposição 'O Pasquim 50 anos'. Espaço 'A redação do Pasquim' (E). Ao ar livre 'A turma do Pasquim' (D).....	13
Figura 2 - Espaço 'O Pasquim incorreto' (E). Capas do jornal formam a 'Linha do tempo' (D). .....	13
Figura 3 - Mosaico com a seleção das capas utilizadas no trabalho (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	35
Figura 4 - Capa de O Pasquim/Ano 1972/Edição 150 (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	37
Figura 5 - O Pasquim/Pág. 7/Ano 1972/Edição 147 - Charge do cartunista Henfil em que a cantora Elis Regina é “enterrada” (Foto: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	38
Figura 6 - O Pasquim/Pág. 3/Ano 1972/Edição 148 - Charge do cartunista Henfil em que a cantora Elis Regina reencarna o francês Maurice Chevalier (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	39
Figura 7 - Capa de O Pasquim/Ano 1970/Edição 73 - Charge produzida após a redação do jornal ter sido invadida por policiais (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	41
Figura 8 - O Pasquim/Pág. 2/Ano 1970/Edição 73 - Carta escrita por Sig, que conta ter chegado na redação de O Pasquim e não tinha ninguém (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	42
Figura 9 - O Pasquim/Pág. 9/Ano 1969/Edição 22 - Trecho introdutório e primeira parte da entrevista com Leila Diniz (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	46
Figura 10 - Capa de O Pasquim/Ano 1969/Edição 15 - Foto destaca a cantora Elis Regina (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). ....	48
Figura 11 - Capa de O Pasquim/Ano 1970/Edição 45 - Charge destaca Tostão e a Seleção Brasileira (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	50
Figura 12 - O Pasquim/Págs. 14 e 15/Ano 1970/Edição 45 - Trecho da entrevista com Tostão (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). ....	53
Figura 13 - O Pasquim/Pág 29/Ano 1970/Edição 48 - Foto do árbitro Armando Marques e ilustração do personagem do jornal, o ratinho Sig (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).54	
Figura 14 - O Pasquim/Pág 6/Ano 1970/Edição 52 - Armando Marques entrevista Zagallo (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). ....	56
Figura 15 - Capa de O Pasquim/Ano 1970/Edição 53 - Foto de Aizita Nascimento e charges em comemoração ao título da Seleção Brasileira (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). .57	
Figura 16 - O Pasquim/Págs. 2 e 3/Ano 1970/Edição 53 - Crônica de Armando Marques sobre a conquista da Seleção Brasileira e entrevista com Zagallo (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	58

Figura 17 - O Pasquim/Págs. 6 e 7/Ano 1970/Edição 53 - Charges de Ziraldo em comemoração ao título do Brasil na Copa de 1970 (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). .....	58
Figura 18 - Capa de O Pasquim/Ano 1984/Edição 762 - Ilustração da Catedral e da praça da Sé onde ocorreu o Comício das Diretas (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	59
Figura 19 - O Pasquim/Pág. 3/Ano 1984/Edição 762 - Editorial escrito por Jaguar sobre as Diretas (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	60
Figura 20 - O Pasquim/Págs. 9 e 15/Ano 1984/Edição 762 - Charge de Zerom (E) e Dodó Macedo (D) (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). ....	61
Figura 21 - Capa de O Pasquim/Ano 1988/Edição 983 - Foto de seios nus foi publicada após o fim da censura (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). ....	62
Figura 22 - O Pasquim/Pág. 3/Ano 1988/Edição 983 - Artigo escrito por Jaguar sobre o fim da censura (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). ....	63
Figura 23 - Capa de O Pasquim/Ano 1988/Edição 986 - Charge com o personagem do jornal Sig e chamadas na coluna à direita (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). ....	64
Figura 24 - O Pasquim/Pág. 3/Ano 1988/Edição 986 - Artigos de João Carlos Rabello, Lawel Consultoria e Jaguar (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	65
Figura 25 - O Pasquim/Págs. 8 e 9/Ano 1988/Edição 986 - Crítica ao então presidente José Sarney escrita por Léo Salomon (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). ....	66
Figura 26 - O Pasquim/Pág. 3/Ano 1988/Edição 989 - Artigo escrito por Agostinho Vieira (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). ....	67
Figura 27 - Capa de O Pasquim/Ano 1989/Edição 1.028 - Chamadas e charge destacam sobre as eleições diretas (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	68
Figura 28 - O Pasquim/Págs. 13 e 14/Ano 1988/Edição 1.028 - Votação prévia das eleições feita entre colaboradores do jornal (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	69
Figura 29 - Capa de O Pasquim/Ano 1989/Edição 1.029 - Crítica ao candidato Fernando Collor de Melo em forma de ilustração (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). ....	69
Figura 30 - O Pasquim/Págs. 13 e 14/Ano 1989/Edição 1.029 - Sátira sobre os candidatos a presidência do Brasil (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	70
Figura 31 - O Pasquim/Págs. 18 e 19 /Ano 1989/Edição 1.030 - Entrevista com Lula (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). ....	70
Figura 32 - Capa de O Pasquim/Ano 1989/Edição 1.032 - Foto de Collor e chamadas nas laterais sobre o resultado das eleições (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). ....	71
Figura 33 - Capa de O Pasquim/Ano 1989/Edição 1.037 - Foto de um abraço entre Collor e Rosane com ilustrações sobre o plano econômico do governo (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). ....	72

Figura 34 - Capa de O Pasquim/Ano 1991/Edição 1.072 - Foto de Collor e chamadas sobre privatizações (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). .....	73
Figura 35 - O Pasquim/Pág. 24/Ano 1972/Edição 150 - Charge de Millôr (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). .....	76
Figura 36 - Capa de O Pasquim/Ano 1990/Edição 1.036 - Foto de lutadores com ilustração sobre os desafios do presidente (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	80
Figura 37 - O Pasquim/Pág. 8/Ano 1990/Edição 1.036 - Charge ilustrada de Nani (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). .....	81
Figura 38 - O Pasquim/Págs. 3 e 5/Ano 1990/Edição 1.037 - Editorial escrito por João Carlos Rabello (E) e editorial escrito por Jaguar (D) (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).....	82
Figura 39 - O Pasquim/Pág. 20/Ano 1991/Edição 1.072 - Charge produzida por Nani (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital). .....	84

## SUMÁRIO

<b>1) INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2) REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
2.1) O humor e a sátira .....	16
2.2) Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1984).....	20
2.3) Abertura Política .....	22
2.4) Imprensa Alternativa.....	28
2.5) Jornalismo Político .....	30
<b>3) OBJETO DE ESTUDO: O PASQUIM .....</b>	<b>32</b>
<b>4) REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>33</b>
4.1) Análise de Conteúdo .....	33
4.2) Corpus: Edições selecionadas .....	35
4.3) Categorias de Análise .....	36
4.3.1) Política - Ditadura Militar .....	36
4.3.2) Militares - AI-5 e censura.....	40
4.3.3) Personalidades .....	43
4.3.4) Esportes .....	49
4.3.5) Política – Abertura Política .....	59
4.3.6) Política – Fim da censura e Eleições diretas .....	62
<b>5) LEITURA ANALÍTICO-DESCRITIVA .....</b>	<b>74</b>
5.1) Entrevistas com personalidades .....	74
5.2) Censura e Copa do Mundo .....	75
5.3) Abertura política, fim da censura e eleições diretas .....	77
<b>6) CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>88</b>

## 1) INTRODUÇÃO

A relação com a realidade não é uma singularidade do jornalismo. Uma modalidade literária, responsável por fazer críticas aos costumes da sociedade, também marca a comunicação humana desde os fenômenos pré-jornalísticos: a sátira. Aliada ao jornalismo, a sátira se tornou, ao longo dos anos, um elemento utilizado para criticar governos.

Não existe uma definição conclusiva para sátira. Rocha (2006) afirma que a sátira apresenta traços característicos, a ponto, mesmo, de se distanciar, muitas vezes, de outros textos satíricos, de outras épocas. A impossibilidade de uma definição conclusiva, no entanto, não impede de fazermos um recorte do fenômeno para possibilitar um entendimento. Neste sentido, apresentamos uma hipótese de Hansen (1991):

Além de apresentar diálogos, apresenta-se como mistura estilística em que a maledicência e a obscenidade da representação caricatural fantástica de tipos deformados e viciosos dialogam com a seriedade e a gravidade da representação moral icástica da persona satírica virtuosa, segundo o princípio latino do *ridentem dicere verum*, inúmeras vezes reciclado e prescrito até o século XVIII neoclássico (HANSEN, 1991 apud ROCHA, 2006, p. 14).

Frye (1973), citado por Rocha (2006, p. 14), afirma que nos tempos romanos, distinguiram-se duas formas literárias dignas do nome “sátira”: uma em verso e outra em prosa. Também houve uma sátira grega, nomeada sátira menipéia. Segundo Rocha (2006), a configuração da sátira grega residia na “diferença de metros” e na “miscelânea de diversos elementos”.

Sobre as origens etimológicas do vocábulo “sátira”, a mais aceita pelos críticos está relacionada a uma expressão que influenciou a tradução em português: “*satura lanx*: “prato cheio de grãos e vegetais dos cultos agrários de Ceres” e que, provavelmente, tenha originado, em português, os vocábulos “saciar”, “satisfazer”, “saturar” (HANSEN, 1991 apud ROCHA 2006, p.15).

O segundo momento da história literária que deu azo à sátira como gênero foram os séculos XVII e XVIII (ROCHA, 2006, p. 15). Uma das questões levantadas por críticos sobre este período envolveu as distinções entre a sátira e a comédia. Hodgart (1969) reflete:

La comedia acepta las reglas del juego social, la sátira no: es una protesta tanto contra esas reglas como contra los jugadores, y es mucho más profundamente subversiva que lo que la comedia puede permitirse. La verdadera sátira ofrece al mismo tiempo una visión más fantásticamente distorsionada y una crítica más aguda de la vida que las que la comedia escénica tradicional puede sostener (HODGART, 1969, apud ROCHA, 2006, p. 17).

O tratamento em relação as questões do satírico e do cômico também são abordadas por Hansen (1991):

O tema que é ridículo pela matéria pode tornar-se satírico pela maneira: se o cômico é produzido para atacar a reputação de outrem, não se pode evidentemente falar de deformidade sem dor, apenas ridícula. O inverso também é válido: a matéria satírica pode ser transformada em apenas ridícula se o jogo verbal não é mais feito para agredir, mas para brincar ou ironizar com certa amabilidade (HANSEN, 1991, apud ROCHA, 2006, p. 18).

Quanto ao discurso satírico, já no século XX, Paulo Soethe (1998), formula duas definições de sátira, a partir dos estudos de Jürgen Brummack:

Em literatura o termo pode referir-se a qualquer obra que procure a punição ou ridicularização de um objeto através da troça e da crítica direta; ou então, a meros elementos de troça, crítica, ou agressão, em obras de qualquer tipo. A partir desse último significado, ainda bastante amplo, é que a teoria da literatura atribui um sentido mais específico à sátira, qual seja o de representação estética e crítica daquilo que se considera errado (contrário à norma vigente). Isso implicaria, na obra, a intenção de atingir determinados objetivos sociais (SOETHE, 1998 apud ROCHA, 2006, p. 18).

Assim como na literatura, a sátira também passou a ser utilizada no campo jornalístico. Segundo Sequeira (2011), desde a primeira metade do século XIX, o humor passou a ser percebido na imprensa brasileira tanto sob a forma textual, com anedotas, quanto gráfica, com charges e caricatura.

Dentre as publicações que contavam com o riso como “trunfo” estão *A Mutuca Picante* (1834), *Lanterna Mágica* (1844), *O Diabo Coxo* (1864), *Semana Ilustrada* (1860), *Comedia Social* (1871), *Revista Ilustrada* (1876), *Binoculo* (1881), *O Malho*, *O Tagarela* (1902), *Fon Fon* (1907), *Careta* (1908), *A Rolha* (1918) e *A Noite Ilustrada* (1930). No âmbito dos jornais, um dos pioneiros a trazer o desenho ou o texto de humor foi o paulista *Folha da Noite* (atual *Folha de São Paulo*), sobretudo com o cartunista Belmonte, que, em 1925, criou o personagem Juca Pato. Já as caricaturas, tão presentes na mídia atualmente, marcaram presença no jornalismo nacional pela primeira vez em 1837, com uma publicação no *Jornal do Commercio* (SEQUEIRA, 2011, p. 10).

As primeiras publicações que contemplaram o humor, em especial a sátira, demonstraram que havia espaço para este tipo de gênero na imprensa brasileira. Mais de um século depois das primeiras publicações brasileiras, outro exemplo de periódico que adotou a utilização da sátira para tecer críticas à sociedade e governos foi O Pasquim. O jornal, de origem carioca, circulou entre 1969 e 1991. Foi objeto de estudo em trabalhos acadêmicos que analisam a utilização do humor no período da ditadura militar. Este aspecto motivou a explorar o humor como estratégia de leitura das notícias durante a ditadura militar e a abertura política.

Outro aspecto que motivou a pesquisa do humor como estratégia de leitura foi a visita a exposição ‘O Pasquim 50 anos’<sup>1</sup>, no Sesc Ipiranga, em São Paulo. A estreia ocorreu em novembro de 2019 e pude conferir *in locu* no dia 15 de março de 2020. A exposição teve curadoria de Zélio Alves Pinto e Fernando Coelho dos Santos. Trouxe uma linha do tempo com todas as capas publicadas pelo jornal, espaço multimídia com discos de vinil para ouvir “Anedotas de O Pasquim” e em uma das salas, diversos telefones para ouvir histórias dos colaboradores.

A exposição também trouxe estruturas giratórias para apresentação de quadrinhos de diferentes artistas e um espaço chamado Pasquim Incorreto. Nesta sala, foram colocados módulos que lembram monóculos com recortes de diversos conteúdos que fizeram parte da publicação.



Figura 1 - Exposição 'O Pasquim 50 anos'. Espaço 'A redação do Pasquim' (E). Ao ar livre 'A turma do Pasquim' (D).



Figura 2 - Espaço 'O Pasquim incorreto' (E). Capas do jornal formam a 'Linha do tempo' (D).

<sup>1</sup> Link para acesso ao site [https://www.sescsp.org.br/programacao/209524\\_O+PASQUIM+50ANOS#](https://www.sescsp.org.br/programacao/209524_O+PASQUIM+50ANOS#)

A experiência vivida após transitar pelos espaços que mostraram um pouco mais da história de O Pasquim, fez despertar o interesse em explorar sobre o humor e a sátira no jornalismo. Colaborou com a escolha da delimitação do trabalho, que envolve sátiras utilizadas no jornal O Pasquim, em edições selecionadas no período do regime militar e abertura política (1969 – 1991).

O problema da pesquisa é a maneira como O Pasquim utilizou o humor, a partir das *hardnews*<sup>2</sup>. Para responder à questão, o objetivo geral do trabalho é analisar a utilização da sátira no jornal O Pasquim em momentos marcantes da história do Brasil. Abrange neste contexto os seguintes objetivos específicos: observar os critérios de noticiabilidade; evidenciar elementos da linguagem/ironia; selecionar expressões gráficas, textuais ou visuais e destacar a relação de imagens (fotos, ilustrações, charges) e textos.

A pesquisa utiliza, principalmente, conceitos de imprensa alternativa, por Bernardo Kucinski<sup>3</sup>, e período militar e abertura política, por Maria Helena Moreira Alves<sup>4</sup>. A análise é baseada, principalmente nas teorias descritas no livro *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*, de Jorge Duarte<sup>5</sup> e Antonio Barros<sup>6</sup>.

No livro *Jornalistas e Revolucionários*, Kucinski analisa os periódicos de caráter político e humorístico presentes durante o Regime Militar no Brasil (1964 - 1985), distinguindo as várias categorias de jornais surgidos e relatando suas histórias de vida.

No livro *Estado e oposição no Brasil*, Maria Helena Moreira Alves faz uma narrativa objetiva sobre o golpe de Estado por meio do qual o poder central do Brasil passou às mãos de uma coalizão civil-militar, em 1964. Também apresenta dados históricos ocorridos na década de 1980, período em que a população brasileira reconquistou o direito do voto direto, universal e secreto.

No livro *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*, Jorge Duarte e Antonio Barros apresentam textos sobre os métodos e técnicas de pesquisas mais utilizadas em Comunicação Social e abordam o estado-da-arte na operacionalização de pesquisas de campo, sem descuidar dos aspectos filosóficos.

---

<sup>2</sup> Em uma tradução livre, significa notícias importantes. É o tipo de notícia em que o conteúdo precisa ser factual e preciso.

<sup>3</sup> Jornalista, escritor e cientista político brasileiro. Escreveu diversos livros, entre eles, *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*.

<sup>4</sup> Doutora em Ciências Políticas e Economia pela Universidade MIT. Professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autora do livro *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*.

<sup>5</sup> Jornalista, relações-públicas, mestre e doutor em Comunicação. Foi organizador dos livros *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação e Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público*.

<sup>6</sup> Jornalista e pesquisador em Comunicação no Brasil. Foi organizador do livro *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*.

Este trabalho é dividido em seis capítulos que permitem o entendimento do tema escolhido. A introdução é o primeiro capítulo e traz informações gerais do conteúdo pesquisado.

O referencial teórico é o segundo capítulo. Está dividido em cinco subcapítulos: O primeiro aborda sobre o humor e a sátira no jornalismo. No segundo, se faz a contextualização histórica do período militar no Brasil. O terceiro trata sobre a imprensa alternativa. O quarto é dedicado ao processo de abertura política no país. No quinto, incluímos uma síntese sobre jornalismo político.

O terceiro capítulo da pesquisa é o objeto de estudo: o jornal O Pasquim. Neste capítulo a história do periódico é contextualizada.

O quarto capítulo envolve a metodologia do trabalho. É dividido em três subcapítulos. O primeiro trata sobre o método escolhido: a análise de conteúdo. O segundo é o corpus, que são as edições selecionadas com entrevistas, artigos e charges do jornal. O terceiro é dedicado as categorias de análise, que são divididas por temas: ditadura militar, AI-5 e censura, personalidades, esportes, abertura política e, fim da censura e eleições diretas.

O quinto capítulo constitui a leitura analítico- descritiva. É dividido em três subcapítulos: entrevistas com personalidades, censura e Copa do Mundo e, abertura política, fim da censura e eleições diretas.

O sexto capítulo as considerações finais. Por último, as referências bibliográficas.

Do quarto ao quinto capítulo, foram selecionadas entrevistas e charges, e realizada uma leitura analítico-descritiva, que consiste em descrever as imagens e fazer uma síntese dos textos, destacando trechos mais relevantes, considerando a observação dos critérios de noticiabilidade, elementos da linguagem, expressões gráficas, textuais ou visuais, e relação de imagens (fotos, ilustrações, charges) e textos.

O capítulo a seguir traz conceitos, justificativas e características sobre o humor e a sátira, período militar no Brasil, imprensa alternativa e abertura política, que fazem parte do contexto da época em que o jornal O Pasquim circulou (1969-1991).

## 2) REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1) O humor e a sátira

Ao voltarmos no tempo, podemos perceber o humor com significados diferentes em relação as concepções dos dias atuais. Para os gregos, o humor tinha uma estreita ligação biológica:

Na Grécia Antiga, humor era considerado cada um dos líquidos presentes no corpo humano: a fleuma, a bile amarela, a bile negra e o sangue, e o equilíbrio ou o desequilíbrio dessas substâncias afetaria diretamente a saúde e o comportamento dos indivíduos. Os responsáveis por estudar e tentar controlar de alguma forma os humores eram conhecidos como humoristas, uma mistura de médico e filósofo. Por essa relação com o comportamento, a palavra “humor” poderia significar, indiretamente, já naquela época, o estado de espírito de uma pessoa: “Pelo comportamento do indivíduo, supunha-se qual dos líquidos poderia estar excedendo-se no organismo: a bile negra promovia o escárnio; a bile amarela, as lágrimas; a fleuma, o desinteresse geral; e o sangue, patologia cerebral” (MANFIO, 2006 apud SEQUEIRA, 2011, p. 7).

Sequeira (2011), afirma que somente em 1682, na Inglaterra, que o humor foi registrado, pela primeira vez, com o significado contemporâneo, decorrente da palavra inglesa “humour”, definida pelo Concise Oxford Dictionary como “comicidade”. Para o francês Henri Bergson, o riso é próprio do homem e o aspecto “cômico” não existe fora do que é inerente à humanidade.

Este sentimento pode ser despertado através da leitura de uma crônica ou interpretação de uma charge, entre outras possibilidades. Tanto a crônica como a charge possuem algo em comum que é a relação direta com o cotidiano e muitas vezes são propensas a provocar o riso.

Melo (2003) afirma que a charge é um desenho que ironiza um acontecimento ou um personagem, geralmente envolvendo política e é sempre autoral/assinado, ou seja, faz parte do jornalismo opinativo.

Sobre a crônica, Melo (2003), descreve como um texto breve, relacionado a atualidade e publicado em jornal ou revista. Para o autor, somente no Brasil a crônica tem “a feição de relato poético do real, situado na fronteira entre a informação de atualidade e a narração literária”.

Segundo Grudzinski (2009), a história da charge começa com a caricatura, que foi a primeira ilustração a ser inserida no jornalismo impresso e se inicia no ano de 1600, com Annibale Carracci, que foi um dos grandes expoentes da caricatura. A autora afirma que no Brasil, a caricatura pode ter surgido logo após a chegada de Dom João VI, em 1808, mas a

primeira caricatura impressa no Brasil - que se conhece - só foi litografada por Victor Larée quase 30 anos depois, em 1837, a partir de um desenho de Araújo Porto-Alegre.

Desde os tempos imperiais, esse desenho tem obtido importância nas páginas de jornais e revistas. Para Grudzinski (2009), com a inclusão da arte nos periódicos, o público passou a consumir essa nova forma de comunicação, a qual foi se formando aos poucos, porque a imagem ainda não fazia parte do imaginário das pessoas.

A autora afirma que no jornalismo, a função da imagem (seja através de fotos, ilustrações, charges e todos os recursos gráficos), é explicar melhor a notícia, ajudando o leitor a compreender e a interpretar o sentido dos fatos. Considera que a imagem é de rápida leitura, transmitindo múltiplas informações de uma só vez.

Dentro do universo da crônica e da charge é possível encontrar algo, aparentemente comum em diversos veículos, mas que se torna mais complexo quando se trata de discurso científico: a sátira. Para entender melhor sobre do que se trata, trouxemos um exemplo de definição. Berger (2017) considera que a sátira é o uso deliberado do cômico com a finalidade de atacar, ou seja, a intenção agressiva se torna o motor fundamental da expressão cômica. “Mais frequentemente, o ataque é dirigido contra as instituições e os seus representantes, especialmente políticas e religiosas. Ele pode também ser dirigido contra grupos sociais inteiros e culturas” (BERGER, 2017, p. 269).

Segundo Berger (2017), a sátira tem uma linhagem ancestral, tanto na civilização ocidental quanto em outros lugares. Pode ser encontrada na comédia grega primitiva, na poesia e na prosa da Idade Média, assim como hoje situa-se entre as modalidades de expressão essencialmente ligadas ao humor.

Duas palavras podem ser destacadas neste recorte: construção e crítica. Por se tratar de um processo que constitui uma diversificada gama de atividades para se chegar a um fim, torna-se complexa a tentativa de definição da sátira.

Rocha (2006) ressalta que a comicidade é uma característica da sátira que tem motivado investigações que a colocam lado a lado com outros textos permeados pelo riso. Segundo a autora é uma estratégia que diz muito a respeito da dificuldade em circunscrever a sátira sem recorrer à comparação com outros discursos risíveis.

A autora afirma ainda que “a diferenciação entre sátira gênero e sátira modo não auxilia a delimitar conclusiva e definitivamente o objeto. Muito pelo contrário: parece embaralhar ainda mais os esboços de definição que já foram delineados por outros trabalhos” (ROCHA, 2006, p. 16).

A autora ensaia uma definição, segundo ela, ainda efêmera, de que o discurso satírico, independente do alvo e do alcance, tem uma visada ética. Ou seja, “a sátira defende/constrói a norma pelo viés estético, o que significa dizer que nela, ética e estética solicitam-se mutuamente” (ROCHA, 2006, p. 19).

No entanto, Rocha (2006) descreve que mecanismos linguísticos e retóricos utilizados pela sátira para atingir seu fim moralizador não são suficientes para expor e apreender a sua complexidade: “É necessário identificar o que mobilizou, na obra, tais recursos, o que fez com que o satirista escolhesse, dentre tantas possibilidades, um trocadilho, no lugar de um rebaixamento; uma caricaturização, no lugar de uma ironia, etc” (ROCHA, 2006, p. 20).

Além dos recursos formais reiteradamente utilizados, o texto literário satírico exige que, em sua análise, outros elementos sejam levantados e compreendidos: o momento de produção e de recepção em que a obra se insere; a intenção do satirista e o código de valores que ele, ora implícita, ora explicitamente, defende; a apreensão, por parte do leitor, dos mecanismos formais utilizados e da norma defendida; a configuração do objeto contra o qual a sátira se volta e a natureza do desvio que ele apresenta (ROCHA, 2006, p. 20).

Tudo isso são aspectos que devem ser levados em consideração quando da análise dessa expressão literária. Um exemplo é o texto literário satírico que privilegia as análises comportamentais do escritor, fazendo recair sobre ele uma série de julgamentos pessoais. “Esse tipo de reflexão crítica rareou nos últimos cinquenta anos, mas dela sobrevivem testemunhos em algumas de nossas histórias da literatura mais respeitadas” (ROCHA, 2006, p. 21).

Outro fator importante é o efeito do discurso satírico no leitor. Rocha (2006), afirma que esse efeito pode ser provocado em duas diferentes perspectivas: individual e coletiva:

Numa perspectiva individual, de leitor para leitor, tal efeito corresponde à compreensão dos recursos empregados, que leva ao riso que, por sua vez, faz com que, pela ridicularização, o alvo da sátira seja rebaixado em sua importância. Numa perspectiva coletiva, haverá repercussão se grande parte dos leitores acatarem a crítica da sátira – o que significa comungar com o satirista de seus valores e de sua visão de mundo. Vale a pena reiterar: a compreensão dos recursos satíricos, que depende da competência linguística do leitor, não garante, sozinha, o funcionamento da sátira, que requer adesão (ROCHA, 2006, p. 30).

São perspectivas da autora embasadas em formulações teóricas de Sérgio Paulo Rouanet (2000; 2003), que vê na modernidade, a cristalização de uma filosofia moral da ilustração. Esta filosofia abrange o cognitivismo, ou racionalismo, individualismo e universalismo.

A autora cita as diferenciações dessas correntes: o cognitivismo como sendo uma atitude mental que vê a moral e a ética como fundamentos independentes da religiosidade, o

individualismo em que o homem é entendido como liberto do coletivo e valorizado pelo que é e não pelo estatuto que lhe outorga o seu grupo, e o universalismo.

Neste último exemplo, Rouanet (2000), citado por Rocha (2006, p. 29), defende que “todos os homens são iguais em todas as latitudes, têm as mesmas disposições racionais, têm a mesma organização passional, são movidos pelos mesmos desejos e são motivados pelos mesmos interesses”.

## 2.2) Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1984)

Para compreender melhor o período do Pasquim é importante destacar o contexto político da época em que o jornal surgiu. Censura, torturas e assassinatos fizeram com que este período ficasse conhecido como anos de chumbo. Iniciou em 31 de março de 1964, quando tropas saíram de Minas Gerais em direção ao Distrito Federal, exigindo a renúncia do então presidente João Goulart. O chefe de estado brasileiro abandonou o país, resultando no golpe militar. Kucinski (2003), afirma que algumas centenas de políticos, militares e dirigentes sindicais foram destituídos de seus direitos políticos e muitos passaram por humilhações ou tiveram que se exilar.

O grotesco dos primeiros dias do golpe militar desencadeou nos humoristas cariocas uma fúria criativa que não encontrava espaço suficiente no Correio da Manhã, único jornal da grande imprensa a condenar o autoritarismo e as violações dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, nascia Pif-Paf, planejado por Millôr Fernandes um pouco antes do golpe, mas que passou a circular como primeiro jornal alternativo, no dia 21 de maio (KUCINSKI, 2003, p. 25).

A Pif-Paf incluía críticas aos costumes, mas segundo Kucinski (2003), tornou-se uma revista política, criando uma dinâmica de confronto que envolveu prisões de humoristas que trabalhavam no periódico. Sem organização administrativa apropriada, a revista fechou no dia 27 de agosto de 1964.

Outros jornais alternativos surgiram após o início da ditadura civil-militar, mas tiveram curta duração como o semanário Amanhã, de São Paulo; Poder Jovem e O Sol, do Rio de Janeiro e, Piquete, de Minas Gerais. No final da década de 1960 é que passou a circular um dos jornais alternativos com maior duração na segunda metade do século XX: O Pasquim.

Conhecido como jornal da Patota, O Pasquim circulou em um período que teve vários governos militares: final do mandato do presidente Costa e Silva (1969), Emílio Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). O chamado “milagre econômico”, a Copa do Mundo de 1970, conquistada pela seleção brasileira, o Sesquicentenário da Independência, festivais de música popular brasileira e surgimento de artistas (músicos e atores), foram repercutidos pelo jornal. Protestos de estudantes e diversas classes sociais, fizeram parte de pautas, assim como a censura, que desafiou a linha editorial de O Pasquim.

Maria Helena Alves (2005), afirma que o sistema político brasileiro teve forte atuação do regime militar no final da década de 1960 e uma das principais marcas do regime militar foi a repressão em nome da Segurança Nacional.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5)<sup>7</sup>, emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, é um exemplo de repressão. Segundo a autora, este ato estabeleceu permanente controle e suspensão das garantias constitucionais. Uma maneira de solidificar ainda mais os poderes conferidos aos militares e cerceamento à sociedade civil.

De acordo com Alves (2005), a partir do AI-5, criaram-se controles específicos para a imprensa (com o estabelecimento de censura prévia direta), para universidades e outras instituições educativas, assim como para a participação política em geral.

Para Alves (2005), houve pelo menos três ciclos de repressão, em que o último foi introduzido pelo AI-5. O Primeiro ciclo, em 1964, concentrou-se no expurgo de pessoas politicamente ligadas a anteriores governos populistas, especialmente o de João Goulart.

O segundo ciclo (1965-1966), após a promulgação do Ato Institucional nº 2, objetivou concluir os expurgos na burocracia de Estado e nos cargos eleitorais; não incluiu o emprego direto e generalizado da violência.

O terceiro ciclo (1967-1969), caracterizou-se por amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático de Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes.

---

<sup>7</sup> Emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. Resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares, intervenções ordenadas pelo presidente nos municípios e estados e também na suspensão de garantias constitucionais que possibilitou a institucionalização da tortura, comumente usada como instrumento pelo Estado.

### 2.3) Abertura Política

Entre 1964 e 1978, Alves (2005) divide a institucionalização do Estado em três etapas, que antecedem o período de abertura e o movimento popular: A primeira fase, abrange os governos Castelo Branco e Costa e Silva, que lançou as bases do Estado de Segurança Nacional, corporificado na Constituição autoritária de 1967. A segunda, de 1969 a 1973, desenvolveu o modelo econômico e o Aparato Repressivo, ampliando o quadro legal da repressão e, na prática, a engrenagem de coerção. A terceira etapa, durante os governos Geisel e João Figueiredo, entre 1974 e 1978, concentrou-se em estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado a longo prazo.

É importante ressaltar, que durante a segunda fase de institucionalização, houveram episódios significativos na busca pela abertura política. Conforme Alves (2005), Estado e oposição cuidavam de reavaliar estratégias e alterar rumos em meados de 1973 e do ponto de vista do estado, esse período se caracterizou por:

Luta interna opondo, na coalizão civil militar no poder, os setores ligados ao aparato repressivo e aqueles preocupados com a institucionalização a longo prazo do Estado de Segurança Nacional; mudança de ênfase na busca por legitimação, privilegiando o crescimento econômico; a instabilidade do processo de sucessão no Executivo e a integração do aparato repressivo e do modelo econômico numa política de desenvolvimento com segurança (ALVES, 2005, p. 214).

Conforme a autora, no entanto, em 1973, o “milagre econômico” começava a enfrentar dificuldades. Embora os índices de crescimento econômicos permanecessem altos, a dívida externa também crescia ultrapassando 12 bilhões de dólares, além dos aumentos da taxa de inflação.

No contexto da oposição, os partidos estavam desarticulados e reconsideravam a estratégia de luta armada. A partir de um debate interno em 1973, o MDB empenhou-se num debate interno sobre políticas alternativas e três possibilidades foram consideradas, conforme Alves (2005): “Autodissolução, como derradeiro protesto; um firme posicionamento oposicionista, centrado na exigência do fim da repressão e de melhor distribuição de renda, e negociações com o novo governo de liberalização controlada”.

Segundo a autora, a primeira oportunidade do partido de oposição (MDB)<sup>8</sup> surgiu no mesmo ano com o processo de transferência do Poder Executivo, já que ambos os partidos tinham direito de apresentar candidatos ao colégio e do governo eleitoral que escolheria o

---

<sup>8</sup> Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi um partido político brasileiro fundado em 1966. Foi opositor a ditadura militar brasileira e ao partido governista da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

próximo presidente. O MDB lançou o presidente do partido, Ulysses Guimarães como candidato a presidente e o jornalista e então presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, como vice-presidente.

“A campanha contribuiu para evidenciar a ilegitimidade do processo eleitoral indireto e desempenhou papel fundamental para renovar esperanças e diminuir o medo e o isolamento paralisantes causados pela repressão” (ALVES, 2005, p. 218). Também estimulou a imprensa a desafiar a censura através da cobertura aos candidatos da oposição ao governo. Desta forma deu visibilidade aos candidatos perante o eleitorado.

No final do ano de 1973, outra medida adotada pela oposição foi firmar aliança com a Igreja Católica para organizar movimentos sociais em defesa dos direitos humanos. Para Alves (2005), começava a constituir-se, assim, a área de atividade oposicionista definida por ela como política de bases, e que chegaria ao primeiro plano da cena política especialmente depois de 1977.

O governo Geisel inaugurou a terceira etapa de institucionalização do Estado. Em um primeiro momento, o foco do governo era dismantelar de forma gradual os mecanismos de coerção legal, simbolizados no Ato Institucional nº 5. O objetivo era garantir força eleitoral para um longo prazo. Estas medidas foram denominadas como “política de distensão”.

Alves (2005) explica que essa política se tratava de uma série de medidas de liberalização controlada, ou seja, mantendo continuidade do modelo econômico, mas aplicando reformas visando a liberalização progressiva para um suposto retorno à democracia. A meta também visava diminuir as pressões que haviam sobre o governo.

Neste modelo de democracia relativa o Estado disporia, pela Constituição, de salvaguardas e poderes repressivos de emergência para suspender os direitos individuais e governar por decreto, sempre que se manifestasse ameaça direta da contestação organizada (ALVES, 2005, p.225).

Em 1974 foram realizadas as eleições legislativas. A ARENA era o partido do governo e o MDB era o partido da oposição. Ambos tiveram acesso à televisão e ao rádio, e puderam realizar debates durante o período da campanha. Segundo Alves (2005), esse clima de liberalização permitiu que a oposição realizasse reuniões e comícios, e focou nas questões da repressão, da injustiça social e da iniquidade do modelo econômico.

Os resultados das eleições tiveram bons índices para a oposição, especialmente no Senado, onde obteve 4 milhões de votos a mais que a ARENA. Porém, segundo Alves (2005), expedientes clientelísticos de coleta e contagem de votos deram vitória ao partido do governo nas eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados e assembleias estaduais.

Diante do crescimento da oposição, o governo realizou um estudo através da SNI para obter informações de cada estado como o número de votos dados a cada membro do MDB e da ARENA. O objetivo era orientar os candidatos da ARENA para as próximas eleições. Alves (2005) explica que o estudo demonstrou que o acesso ao rádio e a televisão contribuiu para a vitória do MDB em 74. Desta forma, o governo realizou mudanças na legislação eleitoral para as eleições municipais de 1976.

A principal mudança foi a implantação da Lei Falcão, através do Decreto-Lei nº 6.639, assinada pelo Ministro da Justiça, Armando Falcão. Estabelecia que durante as campanhas para eleições municipais os partidos só poderiam apresentar os nomes e os números dos candidatos. Na televisão também foi permitida a exibição de fotografias dos candidatos.

Alves (2005) explica que como o rádio e a televisão não podiam divulgar ideias dos candidatos, foi impedido que as críticas da oposição ao governo exercessem maior influência sobre o eleitorado. No entanto, os resultados das eleições de 1976 não demonstraram uma diferença considerável entre os dois partidos.

A ARENA obteve 15.200.000 votos (cerca de 35%) e o MDB obteve 12.700.000 votos (cerca de 30%). Os números confirmaram a previsão do SNI de que sem controles eleitorais, a oposição poderia ter vencido, especialmente nas grandes cidades e estados mais industrializados.

No ano seguinte, o governo buscou alicerçar as medidas de liberalização do plano de distensão. Um dos setores da coalização civil-militar era o Judiciário, por isso, o governo tentou implantar duas modificações na Emenda Constitucional nº 7 a ser apresentada no Congresso: criar um novo órgão, o Conselho de Magistratura, dotado de poderes para disciplinar os juízes e a retirada de julgamentos de policiais militares da jurisdição dos tribunais civis para tribunais militares.

Segundo Alves (2005), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se opôs as mudanças apresentadas pelo governo e conseguiu apoio do MDB. Foi suficiente para rejeitar o projeto e motivar uma nova ação do governo.

Dois dias depois, o presidente Ernesto Geisel fechou o Congresso Nacional pela terceira vez desde o golpe de Estado de 1964, valendo-se dos poderes extraordinários concedidos ao Executivo pelo AI-5 para governar por decreto nesse ínterim. No dia 13 de abril, Geisel assinou a Emenda Constitucional nº 7 e no dia seguinte, assinou a Emenda Constitucional nº 8, que estabelecia alterações fiscais e mudanças na Constituição de 1969 a respeito das eleições. Tais medidas ficaram conhecidas como Pacote de Abril, fixaram os limites da distensão e as bases para a continuação do processo de institucionalização do Estado (ALVES, 2005, p. 233).

Na Emenda Constitucional nº 8, o artigo 13 tornou permanente as eleições indiretas para governadores de estados. No artigo 39, foi determinado o número de cadeiras de cada estado para a Câmara dos Deputados, e não mais de forma proporcional ao número de eleitores. E o artigo 41, direcionado ao Senado, estipulou que nas eleições para substituição de dois terços dos membros, somente uma de cada duas cadeiras disponíveis seria preenchida por voto popular direto. A outra seria ocupada por um senador eleito indiretamente, por um colégio eleitoral encarregado de escolher os governantes do estado.

Para a presidência da república também houve mudança. Com a Emenda nº 8, o colégio eleitoral que escolheria o presidente foi reduzido e o tempo de duração do mandato foi aumentado para seis anos.

O principal fator negativo foi a maneira utilizada pelo governo para aprovar o pacote, que foi o fechamento do Congresso. Este foi um dos pontos criticados pela oposição nas eleições de 1978, assim como o Pacote de Abril. Segundo Alves (2005), como resultado, a ARENA obteve maioria na Câmara dos Deputados (231, contra 189), mas por menor margem que em eleições anteriores.

“Nas eleições para o Senado, apesar de ter recebido 56,9% dos votos válidos, ficou com apenas 9 cadeiras, enquanto que a ARENA obteve 36, sendo que 21 foram ganhas nas eleições indiretas dos colégios eleitorais nos estados” (ALVES, 2005, p. 239).

O ano de 1978 é considerado pela autora como o início do período da abertura política, o que tornou um desafio para o Estado de Segurança Nacional. Segundo Alves (2005), a Igreja Católica, OAB e Imprensa ampliaram na década de 1970, o espaço político, enfrentando o Estado, a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil. Outros fatores importantes foram o novo movimento sindical e as greves de 1978, 1979 e 1980.

Diante da pressão, Alves (2005) afirma que planejadores do governo elaboraram um “plano mestre” visando uma abertura política controlada. O primeiro passo foi a concessão da anistia política, parcial em 1979. “A medida possibilitaria um desafogo de opinião política, ao mesmo tempo desarticulando um amplo movimento social, em torno da questão da anistia aos presos por motivo de opinião” (ALVES, 2005, p. 320).

Outro ponto importante foi a Lei da reforma partidária de 1979, que extinguiu o MDB e a Arena, e permitia a criação de novos partidos políticos. Alves (2005) ressalta que desta forma, os membros da antiga Arena puderam descartar-se da identificação com as políticas impopulares do Estado, formando o Partido Democrático Social (PDS). Por outro lado, como os membros do MDB tinham motivos para manter a identidade, já que eram o partido de

oposição, “limitaram-se a acrescentar a palavra partido, tornando-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)” (ALVES, 2005, p. 323).

Com a nova Lei, líderes sindicais e membros das organizações e comunidades de base, que já se empenhavam para formar um partido, criaram o Partido dos Trabalhadores (PT). Alves (2005) afirma que a Lei tentou impedir a criação do PT com um parágrafo sobre adeptos de entidades de classe, mas o STF aprovou graças ao argumento de que havia entre os filiados camponeses e membros da classe média.

Outros partidos que surgiram graças a nova Lei foram o Partido Popular (PP), o Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Alves (2005) explica que o PP foi organizado por membros conservadores do antigo MDB e integrado basicamente por capitalistas e representantes dos setores financeiros. Já, o PTB congregou três correntes: o trabalhismo populista de Getúlio Vargas; o janismo, liderado pelo ex-presidente Jânio Quadros e a herança conservadora do ex-governador Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro. Em relação ao PDT, Alves (2005) destaca que resultou de uma cisão no PTB, entre Leonel Brizola e Ivete Vargas. Era social-democrata, com ênfase à promoção da infância e aos direitos de minorias étnicas.

Diante do novo cenário, houve uma diferenciação das posições e a fragmentação ideológica da oposição em diferentes partidos políticos. Com este fator, Alves (2005) afirma que o Estado preparou novas leis destinadas a garantir a penetração eleitoral de seu partido, o PDS.

A desorganização da oposição após a dissolução dos partidos deu ao Estado tempo suficiente para elaborar políticas que lhe assegurariam controle majoritário do Congresso e, em especial, do colégio eleitoral que escolheria em 1984 o sucessor do Presidente Figueiredo (ALVES, 2005, p. 327).

No caminho para as eleições presidenciais de 1985, houve o pleito de 15 de novembro de 1982 para a escolha de prefeitos e vereadores, que segundo Alves (2005) teve exceção nas capitais de estados e municípios considerados de interesse da segurança nacional, onde as eleições permaneciam indiretas. Em 1982, também foram escolhidos deputados estaduais, deputados federais, senadores e governadores.

Em 1983, Alves (2005) afirma que o mais difícil para os governos de oposição foram a implementação de uma política coerente para as forças policiais, principalmente devido ao contexto de extrema crise social e aumento da violência. No ano seguinte, a autora, salienta que os partidos de oposição, juntos com entidades representativas da sociedade civil, se posicionaram em defesa de eleições diretas para presidente.

A partir do primeiro comício pelas diretas, convocado pelo PT e pelo PMDB ainda em novembro de 1983, seguido por outro que reuniu mais de 30 mil pessoas em Curitiba em janeiro de 1984, os partidos de oposição começaram a tomar novamente a ofensiva nos desenvolvimentos políticos. A “Caravana das Diretas”, organizada por comissão suprapartidária e apoiada por mais de 200 entidades da sociedade civil, realizou comícios em quase todos os Estados do Brasil, conseguindo enorme apoio popular com mais de 1,2 milhão de pessoas participando dos diversos comícios públicos (Alves, 2005, p. 373).

Os atos populares fizeram com que a sucessão do presidente Figueiredo ganhasse destaque no país e foram divulgados na imprensa. Para Alves (2005), demonstrou uma imensa vontade de ruptura com os mecanismos de transferência de poder e de controle social nos quais se baseava o próprio Estado de Segurança Nacional.

Após os atos, as eleições de 1985 ainda foram realizadas de forma indireta, por meio de um colégio eleitoral. O presidente eleito foi Tancredo Neves, do PMDB, que derrotou Paulo Maluf, do PDS. A primeira eleição direta para presidente ocorreu em 1990. Fernando Collor de Melo, do PRN<sup>9</sup> foi eleito, após derrotar o candidato do PT Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno.

---

<sup>9</sup> Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

## 2.4) Imprensa Alternativa

O autor Bernardo Kucinski (2003) caracteriza a imprensa alternativa ou imprensa nanica como opositora à ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980. O autor cita que neste período, surgiram e fecharam cerca de 150 jornais que tinham como traço comum a oposição ao regime militar.

Para Kucinski (2003), a palavra nanica foi inspirada no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos e “enfaticava uma pequenez atribuída pelo sistema, a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa”. Quanto a denominação alternativa, atribui quatro significados:

O de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam (KUCINSKI, 2003, p. 5).

Outra particularidade da imprensa, considerada como alternativa, eram seus objetivos enquanto veículos: a restauração da democracia, do fim da censura e do respeito aos direitos humanos. Além disso, Kucinski (2003) destaca que a imprensa alternativa destoava do discurso triunfalista do governo e fazia oposição ao princípio do discurso oficial.

Estas características fizeram com que o governo tomasse atitudes distintas em relação à imprensa alternativa. Kucinski (2003) afirma que uma destas atitudes foi a perseguição, através da censura prévia. Além disso, jornalistas foram presos por desobediência ao sistema imposto pelo governo e algumas edições de jornais foram apreendidas:

Em conformidade com a doutrina de segurança Nacional, instituída pela ideologia da guerra-fria, eram considerados pelos serviços de segurança como inimigos: “organizações de frente” do comunismo internacional, que tinham por tarefas “isolar o governo” e “difundir o marxismo”. Editores d’o Pasquim permaneceram encarcerados por dois meses logo após o AI-5. Editores de Resistência, Coojornal e Opinião foram presos em ocasiões diversas. algumas edições eram apreendidas, mesmo depois de filtradas pela censura prévia (KUCINSKI, 2003, p.5).

O endividamento externo do Brasil, ainda em 1973, as iniquidades sociais e os movimentos populares foram exemplos de pautas abordadas pelos jornais alternativos. Conforme Kucinski (2003), editores e jornalistas alternativos também discutiam estratégias de oposição durante o processo de abertura política.

Durante a ditadura militar, o autor cita que os jornais alternativos se dividiam em duas classes: os que refletiam o marxismo de cunho religioso e os que se baseavam no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Sobre esta última classe, Kucinski (2003) descreve

que “rejeitavam a primazia do discurso ideológico; eram mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, e investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média”.

O autor traz como exemplos destas duas classes, os seguintes jornais e seus protagonistas: Opinião, de Raimundo Pereira; Pif-Paf, de Millôr Fernandes; O Pasquim, de Ziraldo e Jaguar, e Versus, de Marcos Faerman. Além disso, engloba-os como instrumentos de resistência até o período de abertura política.

A circulação destes e outros jornais alternativos era estimulada, além pelo conteúdo que oferecia, pela evolução tecnológica. Conforme Kucinski (2003), na década de 1970, a Editora Abril implantou um sistema nacional de distribuição através do método simplificado offset, de impressão a frio, que surgiu nos Estados Unidos, na década de 1950. Este método permitiu tiragens a baixo custo nas gráficas dos grandes jornais, e com o tempo ocioso, passaram a oferecer impressão para terceiros. No entanto, o autor destaca que apenas O Pasquim e Repórter foram capazes de cobrir as despesas por conta da vendagem e da receita publicitária. Kucinski (2003) afirma que O Repórter foi um dos mais vendidos jornais alternativos dos anos de 1970, e dos mais controvertidos, por sua dose de pornografia. Um dos poucos dirigidos não à classe média, mas ao povo.

Apesar do impulsionamento das tiragens através do sistema offset, cabe salientar que a imprensa alternativa não surgiu nos anos 1970. Kucinski (2003) afirma que a imprensa alternativa desta época foi sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista de outros surtos da história do jornalismo. Cita como exemplos: “os pasquins e panfletários do período da Regência, que atingiu seu apogeu em 1830 com cerca de 50 títulos, e o dos jornais anarquistas de operários entre 1880-1920, com quase 400 títulos”.

## 2.5) Jornalismo Político

Cobertura nos assuntos relativos à política, esta é a função do jornalismo político. Conforme a linha editorial e recursos financeiros, um veículo pode ou não ampliar esta cobertura, que abrange eleições, votações parlamentares, decretos, negociações entre partidos, golpes, entre outros.

Martins (2005), afirma que o jornalismo político no Brasil passou por mudanças nas últimas décadas. “A mais importante delas é que, hoje em dia, a maior preocupação da cobertura é informar o leitor, e não o convencer a adotar determinadas ideias”.

No livro *Jornalismo Político*, o autor enumera manchetes de jornais no período das eleições presidenciais de 1950 que ilustram supostas tentativas de convencimento do leitor: “Favorável a Getúlio Vargas 57% da população (*O Jornal*, 6/10/1950); Progride a votação do Brigadeiro no Distrito Federal, em Minas e na Paraíba (*em letras bem grandes*). Continua vencendo em quase todos os estados o sr. Getulio Vargas (*em letras bem menores*). (*Diário de Notícias*, 6/10/1950)”.

Na eleição de 1950, Getúlio Vargas derrotou o brigadeiro Eduardo Gomes. Em relação a imprensa daquela época, Martins (2005), destaca que “nenhum dos principais jornais foi isento na disputa. Velada ou ostensivamente, todos tinham candidato<sup>10</sup>”.

Nas eleições presidenciais de 2002, o autor volta a enumerar manchetes de jornais, entre elas, dois exemplos: “O começo de uma nova era – Pesquisas apontam vitória de Luís Inácio Lula da Silva e chegada do PT ao poder (*O Globo*, 27/10/2002). Pesquisa aponta vitória de Lula para presidente hoje (*Folha de S. Paulo*, 27/10/2002)”.

Os títulos demonstram uma mudança em relação as eleições de 1950. Martins (2005), explica que “O tom era praticamente o mesmo. Mesmo antes de abertas as urnas, as manchetes já davam conta da vitória de Lula, não porque os jornais apoiassem o candidato do PT, mas porque todas as pesquisas de opinião apontavam esse resultado”.

Em décadas anteriores, Martins (2005), salienta que “os jornais, em sua maioria, tinham caráter quase partidário. E dirigiam-se a um leitor razoavelmente partidarizado. Para um e para o outro, a opinião era tão ou mais importante que a notícia”.

Atualmente, o desafio do jornalismo político é mais interpretação da notícia para um leitor mais exigente. Martins (2005), explica que para isso acontecer “não basta apenas dar a

---

<sup>10</sup> Jornais têm autonomia pra se posicionarem, pois são empresas privadas. Já, emissoras de rádio e televisão são concessões públicas (Nota do pesquisador).

notícia, ou seja, transmitir a informação factual mais recente. É necessário qualifica-la, relaciona-la com outros fatos, explicar suas causas e avaliar suas possíveis consequências”.

No entanto, existem variáveis para a entrega de um bom produto jornalístico. A cobertura das eleições, por exemplo, ocorre de dois em dois anos no Brasil. Costuma ter momentos tensos com pressão de políticos e leitores. Para Martins (2005), nestas horas, o jornalista “deve manter a cabeça fria em meio as emoções e acusações que tomam conta do país. O importante é cobrir os acontecimentos da campanha com equilíbrio e rigor, compreendendo que a sociedade está dividida e o choque de opiniões é inevitável”.

Também faz parte de jornalismo político, a cobertura de denúncias e escândalos, envolvendo irregularidades na administração pública. Por mais que algumas vezes, as irregularidades não sejam suficientes para quebrar o país, como o uso de aviões da Força Aérea Brasileira em viagens de lazer, Martins (2005), adverte que “a sociedade tem o direito de saber como o dinheiro público é gasto e se as normas de moralidade que devem reger a administração do Estado estão sendo obedecidas”.

O exemplo citado pelo autor é referente ao uso de aviões da Força Aérea Brasileira por ministros de Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil entre 1995-2001, para viagens de férias em Fernando de Noronha. Martins (2005), ressalta sobre os regulamentos “os jatinhos só podem ser usados a serviço”. Também cita outro exemplo de flores plantadas nos jardins do Palácio da Alvorada, formando a estrela do PT: “Também não pode. Governo é governo, partido é partido”.

Para o autor, em um contexto político administrativo, é possível que se roube menos do país atualmente. A consideração tem em vista a imprensa estar mais vigilante, Ministério Público mais atuante e a sociedade mais exigente. Mesmo assim, ainda está longe de padrões razoáveis com o dinheiro público. Martins (2005) alerta: “não subestimemos a imaginação criadora, a capacidade organizacional e a ousadia criminosa da pilantragem de colarinho branco. Ela aprende mais rapidamente com seus tropeços do que a sociedade com seus acertos”.

No capítulo a seguir, confira um jornal brasileiro que ficou conhecido pelo humor e as críticas ao governo e aos costumes brasileiros: O Pasquim.

### 3) OBJETO DE ESTUDO: O PASQUIM

Bernardo Kucinski (2003) aborda sobre um dos jornais que fez parte da imprensa alternativa brasileira: O Pasquim. O autor cita José Luiz Braga<sup>11</sup> para explicar que o jornal representava a negação da necessidade da ditadura. O periódico era contra a lógica da eficiência e da produção. O trabalho jornalístico era feito por um exercício lúdico motivado pelo gozo, incluindo reuniões de pauta em bares e restaurantes.

Kucinski (2003) descreve que o jornal do bairro de Ipanema revelou vocação à universalidade, extraindo daquele microcosmo uma visão crítica compartilhada por jovens e artistas do resto do país. Além disso, era uma crítica pontual, localizada no cotidiano e sempre muito precisa.

Kucinski (2003) destaca que os humoristas d'O Pasquim não praticavam o humor diversionista, ou como forma de reintegração do indivíduo no sistema. Era um humor fortemente centrado na denúncia da coerção e da violação dos direitos humanos.

No entanto, o trabalho realizado sofreu represálias do governo. O autor cita que com a introdução da censura prévia, a redação foi obrigada a submeter todas as matérias, antecipadamente à Polícia Federal. Além disso, no dia 1º de novembro de 1970, policiais do DOI-CODI invadiram a redação d'O Pasquim durante o fechamento da edição, prendendo todos os jornalistas presentes, menos Tarso de Castro<sup>12</sup>, que conseguiu fugir pulando o muro dos fundos. O “fugitivo”, continuou dirigindo o jornal clandestinamente em um escritório na casa ao lado.

Kucinski (2003) afirma que o ciclo resistente do jornal O Pasquim encerrou com o fim da censura prévia. Daí em diante, nasceu uma outra fase: a do jornal mais autoconsciente politicamente e promotor de campanhas políticas e da anistia. Porém, os grandes jornais adotaram as mesmas bandeiras de O Pasquim e, como tinham mais repórteres e mais informação, O Pasquim definiu aos poucos.

Kucinski (2003) sintetiza que O Pasquim não terminaria por causa das prisões, mas porque sofreu um baque profundo, especialmente pelos efeitos de longo prazo nas relações pessoais, na vontade de alguns de abandonar o Brasil.

---

<sup>11</sup> José Luiz Braga - professor titular e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos (RS). autor de “A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática” (Editora Paulus, São Paulo, 2006); e de outros livros e artigos acadêmicos na área da Comunicação. Atua principalmente nas seguintes áreas de interesse: métodos de pesquisa em Comunicação; crítica midiática; mediatização.

<sup>12</sup> Tarso de Castro (1941-1991) - jornalista brasileiro. Um dos fundadores do jornal O Pasquim.

## 4) REVISÃO DE LITERATURA

### 4.1) Análise de Conteúdo

Escolhemos fundamentos teóricos estabelecidos por diferentes autores para dar conta das categorias de análise que auxiliam na aproximação com o objeto de estudo. Iremos trabalhar com Barros e Duarte para descrever as imagens e fazer sínteses dos textos selecionados, utilizando a análise de conteúdo.

Para as categorias temáticas escolhemos a autora Maria Helena Moreira Alves, que aborda o período militar, censura e abertura política, além de mídias diversas para tecer algumas relações com a atualidade.

Júnior (2006) explica que, em concepção ampla, a análise de conteúdo se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa. Krippendorff (1990), citado por Júnior (2006), destaca que este método vem sendo utilizado desde o século XVIII, quando a corte suíça analisou uma coleção de 90 hinos religiosos para saber se eles continham ideias perniciosas.

No entanto, conforme Kientz (1973), citado por Júnior (2006), a análise de conteúdo se tornou regular no início do século XX, tendo como exemplo, a descoberta de armas secretas alemãs pelos britânicos, a partir do estudo da propaganda nazista. O autor também destaca a contribuição da análise de conteúdo para comparação das atitudes adotadas por diferentes jornais em período eleitoral.

A análise de conteúdo é considerada por diferentes autores como tributária do positivismo. Segundo Johnson (1997) citado por Júnior (2006), essa corrente de pensamento foi desenvolvida por Augusto Comte (1798-1857), que considera como principal característica:

A valorização das ciências exatas como paradigma de cientificidade e como referência do espírito humano em seu estágio mais elevado. Na visão positivista, até mesmo as teorias sobre a vida social “deveriam ser formuladas de forma rígida, linear e metódica, sobre uma base de dados verificáveis” (JOHNSON, 1997 apud JÚNIOR, 2006, p. 281).

Outro aspecto destacado por Bardin (1988) citado por Júnior (2006), é de que a análise de conteúdo não é considerada exclusivamente com um alcance descritivo, pois seu objetivo é a inferência, seja ela baseada ou não em indicadores quantitativos:

A inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada. Assim como o arqueólogo ou o

detetive trabalham com vestígios, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência, tirando partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação (BARDIN, 1988 apud JÚNIOR, 2006, p. 284).

Júnior (2006) acrescenta que este é um tipo de método que oscila, ora valorizando o aspecto quantitativo, ora o qualitativo, dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador. Também salienta que pode ser utilizado com outras técnicas de investigação. Por exemplo: ao abordar a análise semiótica das imagens, Penn (2002) citado por Júnior (2006), defende a integração da semiologia com a análise de conteúdo.

## 4.2) Corpus: Edições selecionadas

Este recorte faz parte da superfície que escolhemos penetrar. Trata-se de material que reúne registros jornalísticos de diferentes períodos políticos da segunda metade do século XX no Brasil. O critério de definição do conteúdo foi o período de circulação do objeto de estudo e abordagens que foram divididas através de categorização temática: Política, Militares, Personalidades e Esportes.



Figura 3 - Mosaico com a seleção das capas utilizadas no trabalho (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

### 4.3) Categorias de Análise

#### 4.3.1) Política - Ditadura Militar

No ano de 1972, o país comemorou uma data célebre: o Sesquicentenário da Independência do Brasil. O Pasquim registrou a celebração na edição de número 150, de 16 a 22 de maio de 1972.

A capa trouxe como manchete: “O Pasquim Sesquicentão” e a ilustração do mapa geográfico do Brasil. O mapa foi composto por placas carregadas pelo personagem do jornal, Sig. Elas foram numeradas até 150, em referência ao número daquela edição.

A capa também apresenta outros elementos característicos do jornal. Um deles é a linha de apoio escrita abaixo do nome do periódico. Nesta edição, ela faz referência ao tema destacado na manchete: “Temos sesquicentenário próprio”. Outra marca da publicação diz respeito as chamadas fazendo referência aos colaboradores e entrevistas.

Esta edição circulou durante o regime da ditadura militar no Brasil. O conteúdo publicado como manchete de capa foi uma alusão aos festejos cívicos promovidos pelos militares.

Segundo Cordeiro (2011), “Desde janeiro de 1972, vivia-se no país sob a expectativa do início das comemorações, mas foi em 21 de abril, dia de Tiradentes, que as festas começaram oficialmente, para somente serem encerradas no dia 7 de setembro”.

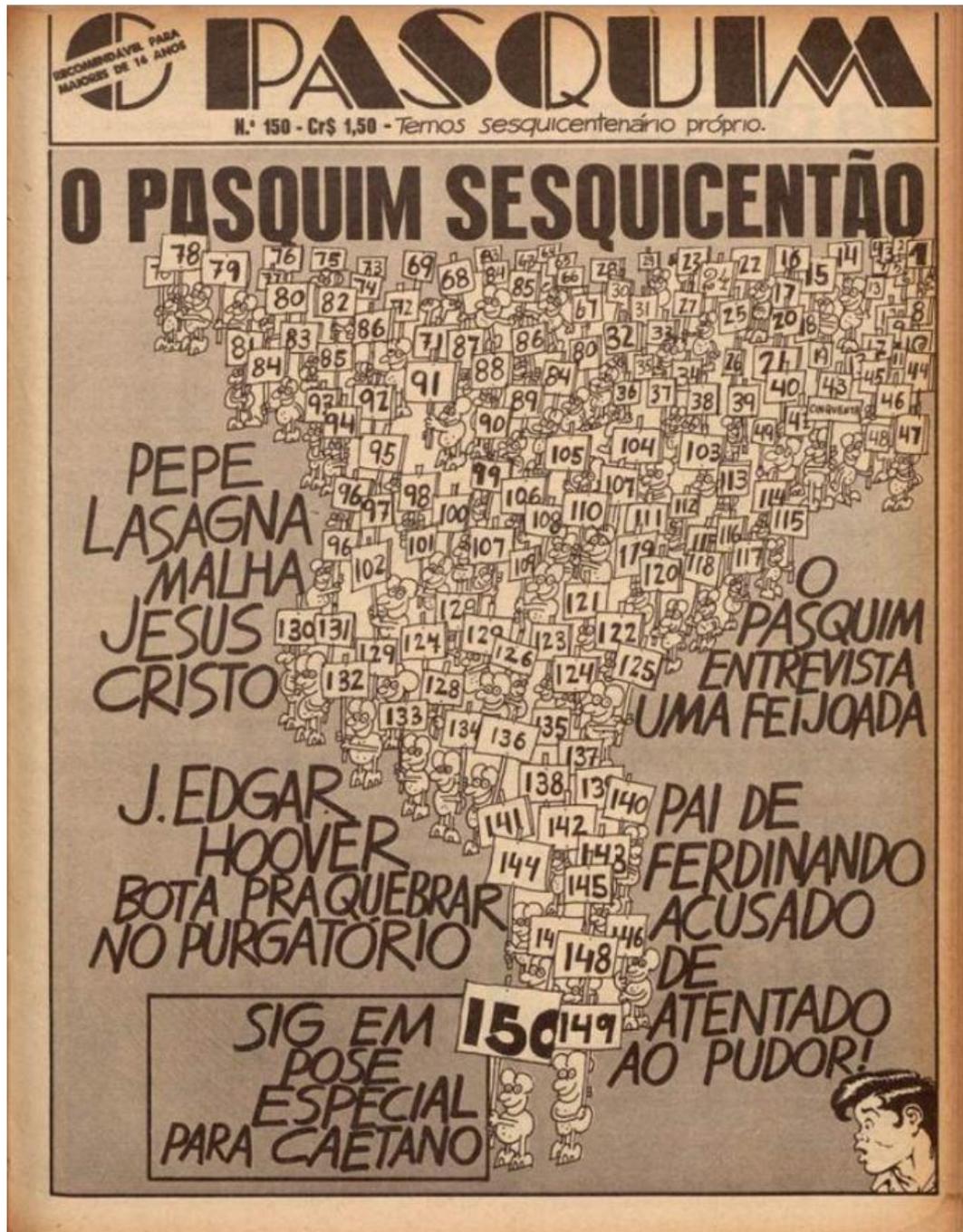


Figura 4 - Capa de O Pasquim/Ano 1972/Edição 150 (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

E logo no início das festividades, um episódio marcante envolvendo o período político e o momento cultural do país, foi registrado. Em um encontro promovido pelos militares, Elis Regina cantou o hino nacional brasileiro.

Após isso, na edição 147 do Jornal O Pasquim, de 25 de abril a 1º de maio de 1972, o cartunista Henfil enterrou Elis, de forma simbólica, em uma de suas charges. Chamada: “Cemitério dos Mortos Vivos” do Cabôco Mamadô, a charge era um espaço onde o cartunista “enterrava” personalidades que colaboravam com a ditadura militar.

Entre as pessoas que o cartunista enterrou estiveram o dono da extinta Rede Manchete, Adolpho Bloch, o cantor Roberto Carlos e a atriz Marília Pera.

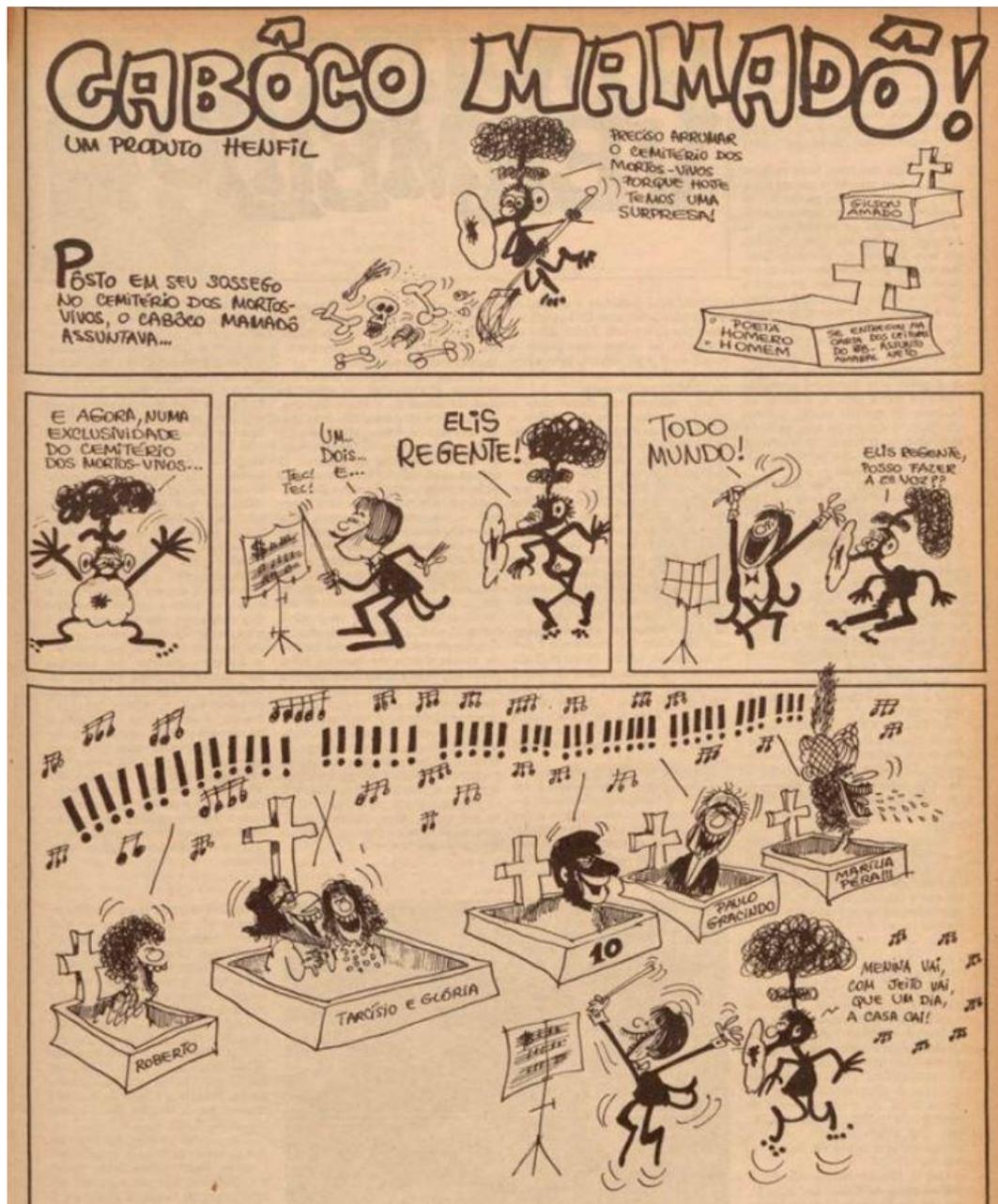


Figura 5 - O Pasquim/Pág. 7/Ano 1972/Edição 147 - Charge do cartunista Henfil em que a cantora Elis Regina é "enterrada" (Foto: Reprodução/Hemeroteca Digital)

Ainda houve outra publicação do cartunista Henfil sobre Elis, na edição 148, de 2 de maio a 8 de maio de 1972. Na charge, a cantora reencarnava o francês Maurice Chevalier, que, em 1945, cantara na Alemanha a convite de Hitler.



Figura 6 - O Pasquim/Pág. 3/Ano 1972/Edição 148 - Charge do cartunista Henfil em que a cantora Elis Regina reencarna o francês Maurice Chevalier (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital)

#### 4.3.2) Militares - AI-5 e censura

O Ato Institucional nº 5 foi baixado no dia 13 de dezembro de 1968 e em menos de 24 horas foi divulgado na imprensa (ALVES, 2005, p. 160). Concedeu inúmeros poderes ao Executivo, até mesmo de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais. No entanto, Alves (2005) ressalta que a consequência mais grave foi o caminho que ele abriu para a utilização descontrolada do Aparato Repressivo do Estado.

O período subsequente à promulgação do Ato Institucional nº 5 caracterizou-se, assim, por uma dinâmica de violência. Alguns setores da oposição empunharam armas, julgando não haver outra maneira de combater o Leviatã. A luta armada, por sua vez, fortaleceu no Estado de Segurança Nacional os setores voltados para a defesa da Segurança Interna. Eles efetivamente se valeram do espaço de que dispunham para implantar um formidável aparato de repressão e institucionalizar a estratégia de controle pelo terror. (ALVES, 2005, p. 166).

O poder de repressão do Estado marcou diversos setores da sociedade, inclusive a imprensa. Um exemplo deste momento de tensão pode ser visto na edição de número 73 do Jornal O Pasquim, que circulou na semana de 11 a 17 de novembro de 1970. A capa traz uma ilustração com um lobo dizendo “Enfim, um Pasquim inteiramente automático”. No desenho consta os nomes de colaboradores e da estrutura da empresa, em alusão a ausência deles: “Sem o Ziraldo, Sem o Jaguar, Sem o Tarso, Sem o Francis, Sem o Millôr, Sem o Flávio, Sem o Sérgio, Sem o Fortuna, Sem o Garcez, Sem a Redação, Sem a Contabilidade, Sem a Gerência e Sem Caixa”.

Na linha de apoio, abaixo do nome do veículo de comunicação, consta a frase “O PASQUIM – O jornal com algo menos”. Todos esses elementos apresentados na capa tratam de um episódio até então recente, ocorrido na redação do periódico.

No dia 1º de novembro de 1970, policiais do DOI-CODI invadiram a redação d’O Pasquim durante o fechamento da edição. Após, prenderam os jornalistas que lá estavam, menos Tarso de Castro, que conseguiu fugir pulando o muro dos fundos. O “fugitivo”, continuou dirigindo o jornal clandestinamente em um escritório na casa ao lado).

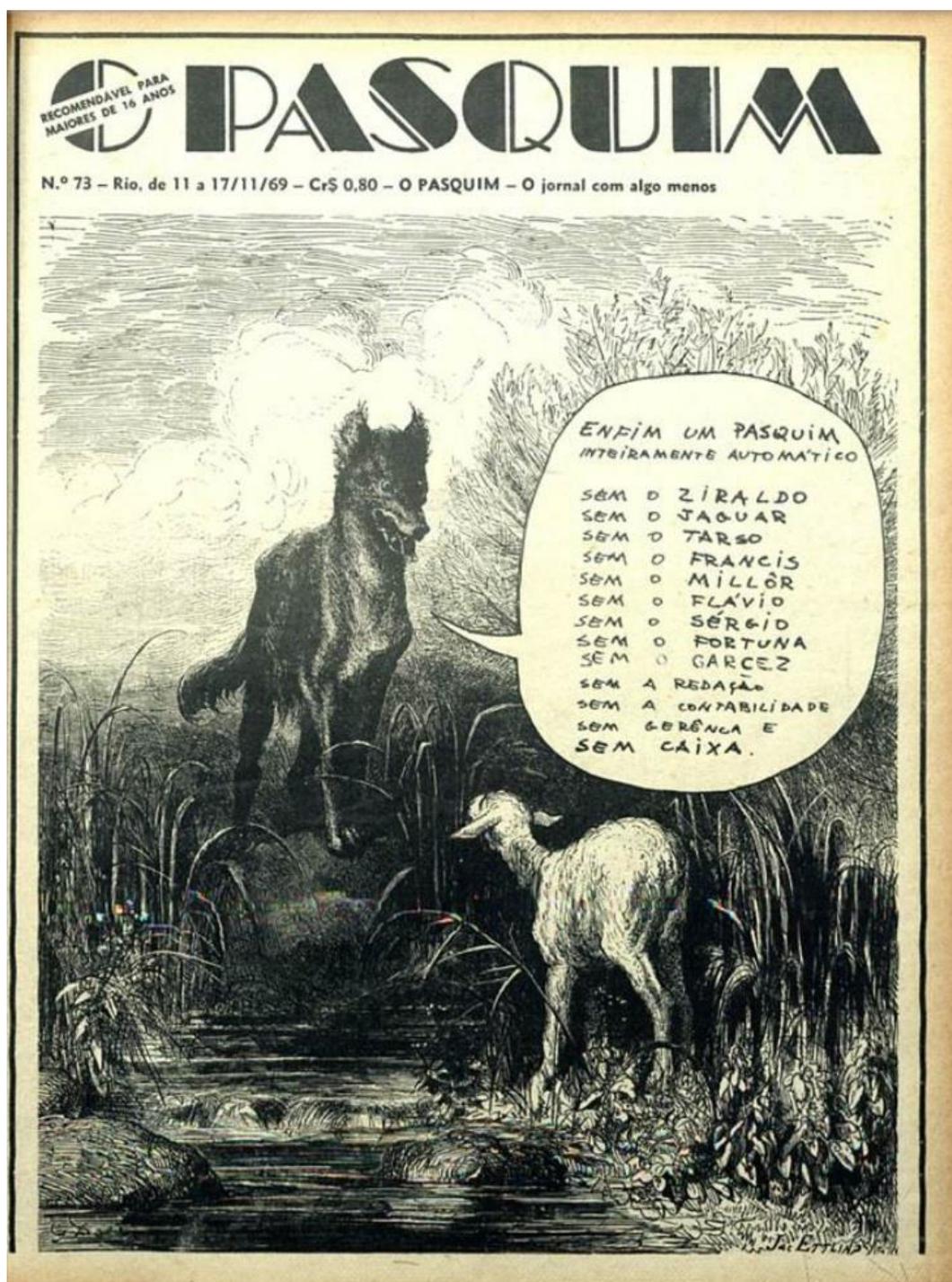


Figura 7 - Capa de O Pasquim/Ano 1970/Edição 73 - Charge produzida após a redação do jornal ter sido invadida por policiais (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Na segunda página, foi escrita uma carta do personagem Sig, um ratinho símbolo de O Pasquim. Escrito com letra cursiva, o texto diz que Sig é um correspondente de Roma. Descreve que quando ele chegou na redação não tinha ninguém. Completa dizendo que deixou um cartum, mas que não precisa publicar. No trecho seguinte comenta sobre o cartum:

“Não é nenhum Millôr. Mas o Millôr (também compôs “o homem que perdeu no festival” - frase com um risco). E completa dizendo que queria abraçar os integrantes do jornal, mas que não tinha ninguém. Na última frase opina: “Deve ter sido por causa da gripe. Ninguém segura essa gripe”.

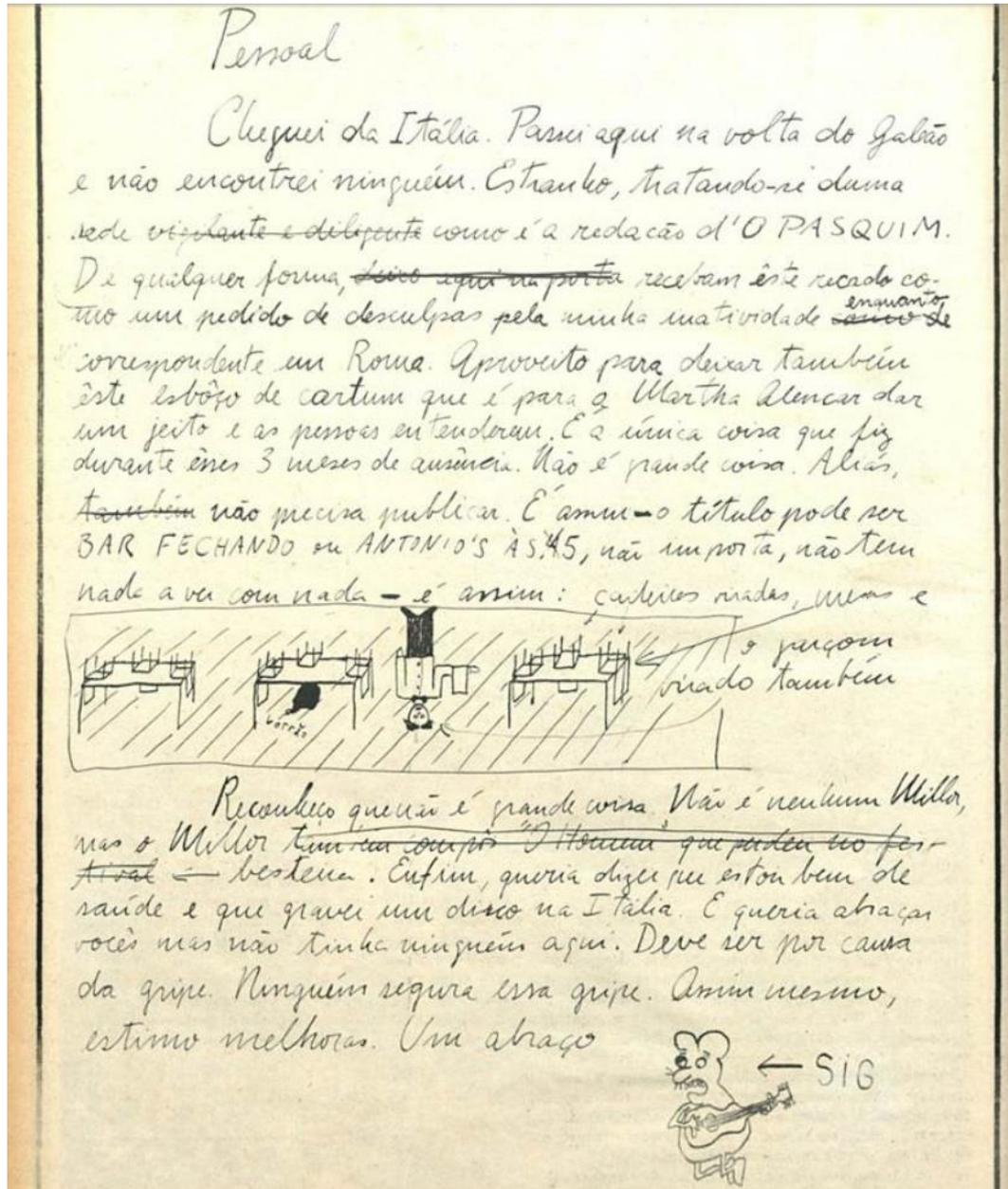


Figura 8 - O Pasquim/Pág. 2/Ano 1970/Edição 73 - Carta escrita por Sig, que conta ter chegado na redação de O Pasquim e não tinha ninguém (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

### 4.3.3) Personalidades

A linguagem adotada pelo Jornal O Pasquim foi um dos principais aspectos que teceram a identidade do periódico. Kucinski (2003) afirma que O Pasquim instituiu uma oralidade que ia além de uma mera transferência da linguagem coloquial para a escrita do jornal. “As primeiras edições já trazem os traços, seções e maneirismos que caracterizariam o jornal durante toda a sua existência como a imprensa alternativa: a grande entrevista, provocativa, dialogada [...]” (KUCINSKI, 2003, p. 108).

Uma das entrevistas marcantes foi realizada com Leila Diniz e publicada na edição de número 22, que circulou em 26 de novembro de 1969. Kucinski (2003) salienta a entrevista foi totalmente livre de autocensura, repleta de palavrões, sendo alguns tão óbvios que eram substituídos por um \*, sem prejuízo de leitura.

Os entrevistadores foram os jornalistas Jaguar, Tarso de Castro e Sérgio, que deixam evidentes suas opiniões desde o início do texto. Na introdução, consta uma afirmação de que Leila Diniz é “chapinha d’O Pasquim”. Segue com a seguinte consideração sobre a entrevistada: “Durante duas horas ela bebeu e conversou com a equipe de entrevistadores numa linguagem livre e, portanto, saudável. Leila é a imagem da alegria e da liberdade, coisa que só é possível quando o falso moralismo é posto de lado”.

Durante a entrevista, Jaguar questiona a idade e depois parte para as perguntas mais ousadas envolvendo a vida pessoal de Leila:

Jaguar – Com quantos anos você está?

Leila – Vinte e quatro.

Jaguar – Quantos casos você já teve depois da separação?

Leila - Casos mil. Casadinha nenhuma. Na minha caminha, dorme algumas noites, mais nada. Nada de estabilidade.

Jaguar - Vamos a uma comparação: você diria que o Domingos<sup>13</sup> é o José Mauro Vasconcelos do cinema brasileiro?

Leila - “Vai a (\*) que te (\*) Não tem nada a ver. O Domingos é mais bacana.

Na sequência, Tarso questiona a valorização dos atores no cinema brasileiro e Sérgio, provoca questionando sobre se ela já fez papel de professora:

Tarso - Você já foi a mulher mais popular do cinema. E talvez ainda seja hoje. Num país civilizado você seria muito bem paga. E aqui? Você vive bem hoje?

Leila - “Realmente, aqui é fogo. A gente está num país tropical, azar o nosso. Esse negócio de atriz fazer sucesso não adianta muito. E eu sou muito (\*). Eu não sei pedir. Não sei ganhar dinheiro. Não nasci pra isso. Tem gente que nasce e sabe. Não sei fazer um contrato.

Tarso - Quanto você está ganhando por mês em média?

Leila - “Juntando televisão, cinema e tudo, eu ganho uns dez milhões<sup>14</sup>, quando recebo”.

Sérgio - Uma pergunta piegas: você foi professorinha e...?

Leila - “Professorinha uma (\*). Fui professora.

A pauta de Tarso inclui a censura no Brasil:

Tarso - A censura resolveu, agora, implicar com as novelas. Mas há coisa muito pior em televisão: o calhorda do Raul Longras, o imbecil do J. Silvestre, o cachorro do Silvio Santos,

---

<sup>13</sup> Domingos de Oliveira foi marido de Leila Diniz. Se conheceram em 1962 e moraram juntos até 1965. Ele era cineasta e rodou o filme Todas As mulheres do Mundo, estrelado por Leila.

<sup>14</sup> Valor pago em moeda nacional corrente que na época era o Cruzeiro Novo.

o Flávio Cavalcanti que é um mau caráter, patife. E eles não proíbem nada disso. Por que só as novelas?

Leila - “É tudo muito burro, aqui. Quando você explora a miséria verdadeira, ninguém acha demais, como o Raul Longras, esses caras todos. Negócio bonitinho de censurar é novela, quando tem uma cena de amor, uma moça quando foge de casa como uma que eu fiz agora, porque eu fugia de casa porque queria viver com o Zózimo Bobul, e a novela foi censurada. Tem mil babados assim, acho a maior cretinice. Não consigo explicar. Não consigo entender qual é a deles. Censuram filmes e não censuram programas em que as pessoas pra casar são vendidas como alface, ou são esculhambadas como se fossem cocô, como acontece nos programas do Flávio Cavalcanti. Aí, digo que é burrice minha porque não quero achar que as pessoas sejam tão (\*) assim”.

Tarso - Você admite censura a uma obra de arte?

Leila - “Pô, Tarso: de jeito nenhum. Foi o que eu perguntei aos censores: que tipo de preparo tem uma pessoa que vai julgar e censurar uma obra de arte. Eu não teria coragem de ser censor. Se eu fosse julgar uma obra de arte, eu teria de ser uma pessoa inteligentíssima, cultíssima, muito humana e muito por dentro das coisas, Censura é ridículo, não tem sentido nenhum. Do jeito que é feita, inclusive, não tem nenhuma noção de justiça, cultura, nem nada. Foi julgada e censurada uma peça de Sófocles, lá no Teatro do Rio, não foi? É um absurdo. Procuraram até o Sófocles. Aí é fogo. Acaba qualquer papo”.

Leila Diniz é chapinha d'O PASQUIM e sua entrevista é mais do que na base do muito à vontade. Durante duas horas ela bebeu e conversou com a equipe de entrevistadores numa linguagem livre e, portanto, saudável. Seu depoimento é o de uma moça de 23 anos que sabe o que quer e que conquistou a independência na hora em que decidiu fazer isto. Leila é a imagem da alegria e da liberdade, coisa que só é possível quando o Jolo se torna e pássaro de lado.

**LEILA DINIZ**



Sérgio Cabral — Quê é a atriz que vive mais gozta de trabalhar?

LEILA — Paulo José. Essa é muito de responder.

Tarso de Castro — Seu primeiro filme foi o do Domingos, não foi?

LEILA — Todo mundo pensa que, de repente, o Domingos botou essa moça berrincha lá pra trabalhar e foi a glória da vida. E realmente o Domingos foi a glória da vida, foi porreta para eu fazer o filme. Mas antes eu fiz dois filmes: aquele atencioso "O Mundo Além de Nós" e um da Silvia Pinal, da Alcoriza. Um que eu fazia a empregadinha. Como é que chama? De Lusa Alcoriza, aquele cara que foi assistente de Pinheiro. O filme era uma (?) incrível. O nome era "Joga Partidos". Tinha dois episódios e eu fazia um deles. Quando Domingos resolveu fazer "Tudo as Mulheres do Mundo", eu já estava exibindo mais ou menos como atriz.

Tarso — Mas você passou muito tempo sendo a mulherinha do Domingos, professora, etc.

LEILA — Não foi muito tempo, não. Eu comecei com o Domingos lá por 42, fim de 41. Me lembrava de data e (?) pra mim. Eu era professora, mas gostava bastante por aí. Eu comecei a Domingos porque memorava um rapaz de teatro, o Luis Eduardo. Naquela época, ele estava fazendo a peça do Domingos, "Homem Todo do Jardim de Infância". Eu estava voltando ao namoradinho com o Luis Eduardo mas conheci o Domingos e daí aquela decisão. Durante a peça, eu já estava na do Domingos, não é? Daí a gente juntos, teve aquela outra toda... Porque eu sou solteira, não é? Sua mãe? (?) Eu fiz com o Domingos, sendo professora, e ainda estudando porque estava fazendo o curso à noite. Eu ensinava de dia. Fui com o Domingos uns três anos, durante um ano e meio eu ainda era professora, depois já era atriz. Como a gente era muito dura, o Domingos escreveu para a "Manchete", jornal. (?) a quatro, escreveu peças e aquelas coisas, a gente não ganhava dinheiro nenhum e eu ganhava pouco também como professora, então eu fui fazer aulas. Trabalhei numa agência de moda e fiz figurino de filme pra (?) aqueles filmes americanos todos aborígenes. Fiz anúncio de Coca-Cola, anúncio de Volkswagen, foi doador de Yan Ee na (?), todas aquelas coisas aborígenes. Ganhava um dinheiro por hora. Eu entrei em televisão, inclusive, por isso. Não foi através do Domingos. Entrei fazendo ponta em Grande Teatro Tupi, Teatrinho Trol etc. Puxa! Teatrinho Trol, naquela época! Eu acho que estou fazendo verba. Bem, aí fiz "Tudo as Mulheres do Mundo", quando a gente fez o filme, já estava separada.

Tarso — Você prefere fazer cinema ou novela de televisão? Porque cinema é mais chato, demorado.

LEILA — Que é isso? Você está falando isso pra me provocar ou acha mesmo? Cinema é a glória. Olha, Tarso: as vezes, as pessoas gostam de dizer: isso não tem sentido. Eu acho que eu é que não tenho sentido. Eu gosto pra (?) de fazer novela e de fazer cinema. Pra mim, não tem a menor importância representar Shakespeare, Glória Magadan ou o que for, desde que me divirta e ganhe dinheiro com isso.

Jaquar — Você acha que teatro é um caso?

LEILA — Acho que teatro é um caso. Mas não posso dizer isso porque nunca fiz um tempo porreta em teatro, só fiz papetinho, papet pequeno. Eu comecei em teatro. Eu comecei com a Carlida. Ela veio ao Rio fazer "O Preço de um Homem", a Yanezi fez teatro e eu fiz. Foi em 61. Eu vou fazer cinco anos de atriz.

Jaquar — Com quantos anos você está?

LEILA — Vinde e qualre. Bem.

Figura 9 - O Pasquim/Pág. 9/Ano 1969/Edição 22 - Trecho introdutório e primeira parte da entrevista com Leila Diniz (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Uma das mais célebres cantoras do Brasil no final da década de 1960 também esteve estampada na capa e nas páginas de O Pasquim: Elis Regina. A entrevista foi publicada na edição número 15 e circulou de 2 a 8 de outubro de 1969.

A entrevista foi articulada por Luiz Carlos Miéle. Ele destacou sobre a mente analítica de Elis, mas salientou que a equipe de O Pasquim ficou impressionada mesmo com a

sinceridade, franqueza de suas posições e o sorriso espontâneo que é “um dos segredos de sua graça pessoal”.

Logo no início, Millôr Fernandes direciona a entrevista para um lado psicológico:

Millôr – Você tem um psicanalista?

Elis – Psicanalista não. Faço esse negócio de reflexologia.

Millôr – O que é isso?

Elis – Dizem os caras que é diferente. A psicanálise, segundo eles, expõe o seu problema, mas não ajuda a encontrar uma solução. Você continua amigo de sua neurose e arrumando as coisas em função dela; a reflexologia faz o contrário, ela arruma você em função das coisas. Arruma sua neurose em função das coisas, o que é muito diferente.

Na sequência, Elis é questionada por Sérgio quais são os maiores cantores do Brasil.

Sérgio – Qual é a cantora brasileira?

Elis – Maria Bethania.

Sérgio – E o cantor?

Elis – Eu gosto muito do Simonal, mas prefiro o João Gilberto. Acho que o João Gilberto foi o camarada, que aqui no Brasil, conseguiu fazer tudo bem: falar, tocar, cantar, tudo certo.

Outros cantores como Caetano Veloso, a música americana, vida artística após o casamento de Elis com Ronaldo e Flávio Cavalcanti também são abordados na entrevista de cinco páginas. O tema mais polêmico, no entanto, partiu da pergunta de Jaguar:

Jaguar – O que você acha da posição da Igreja em relação à pílula anticoncepcional?

Elis – Acho ridícula: tem de ser a favor sem parar. O cara não ganha pra ter cinco filhos, como é que vai ter dez? Tem que ter um e tomar pílula pra não ter os outros nove.



Figura 10 - Capa de O Pasquim/Ano 1969/Edição 15 - Foto destaca a cantora Elis Regina (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

#### 4.3.4) Esportes

A 9ª edição da Copa do Mundo de futebol foi realizada no México nos meses de maio e junho de 1970. Foi conquistada pelo Brasil, que chegou ao seu terceiro título da competição.

No campo político, o Brasil estava sob a ditadura do regime militar, instaurado em 1964. Neste período, o governo investia na propaganda estatal, como a divulgação do chamado “milagre econômico”. O sucesso da seleção brasileira nos gramados também despertou interesse político.

Segundo Marczał (2013), a simbologia aglutinada pelo esporte, tornava a modalidade um espectro de nacionalidade, catalisador afetivo da população e um canal profícuo de aproximação da ditadura junto à população no âmbito público. Outro motivo atribuído pelo autor, em relação a aproximação entre política e esporte, se deve as representações enunciadas, a partir do futebol.

Este se transforma em objeto de interesse político ao mobilizar a atenção popular, contribuindo na articulação de identidades e desencadeando manifestações passionais que valorizam o sentimento de pertença e orgulho nacionais” (MARCZAL, 2013, p. 4).

Marczał (2013) também destaca o futebol como espaço de manifestação cultural. Isto porque deriva de uma construção discursiva, incorporada e reproduzida socialmente. É neste ponto que a mídia desempenha papel fundamental:

A narrativa jornalística desempenha um papel fundamental na propagação das representações construídas a respeito do futebol brasileiro. Ao discutir um estilo de jogo próprio, sobretudo na figura da seleção nacional, são evocadas imagens, lembranças, acontecimentos na trajetória histórica do esporte que corroboram a perspectiva de uma forma singular de praticar o futebol no país (MARCZAL, 2013, p. 6).

Para Marczał (2013), este conjunto de fatores colabora para que o futebol ocupe um espaço singular no meio social, conferindo também caráter identitário. Em consequência disso, “o futebol pode ser invocado, tanto como elemento de construção da identidade e valorização do sentimento nacionalista, quanto empregado como sinônimo de alienação popular diante dos problemas políticos e desigualdades sociais”.

A importância do futebol como modalidade esportiva, cultural e de interesse público fez com que os bastidores e o desempenho da seleção brasileira na Copa do Mundo fossem pauta no Jornal O Pasquim.

Na semana entre os dias 3 e 10 de maio de 1970, uma ilustração do jogador Tostão foi estampada na capa de O Pasquim, e trouxe como chamada o nome do atleta apresentado por José Saldanha.

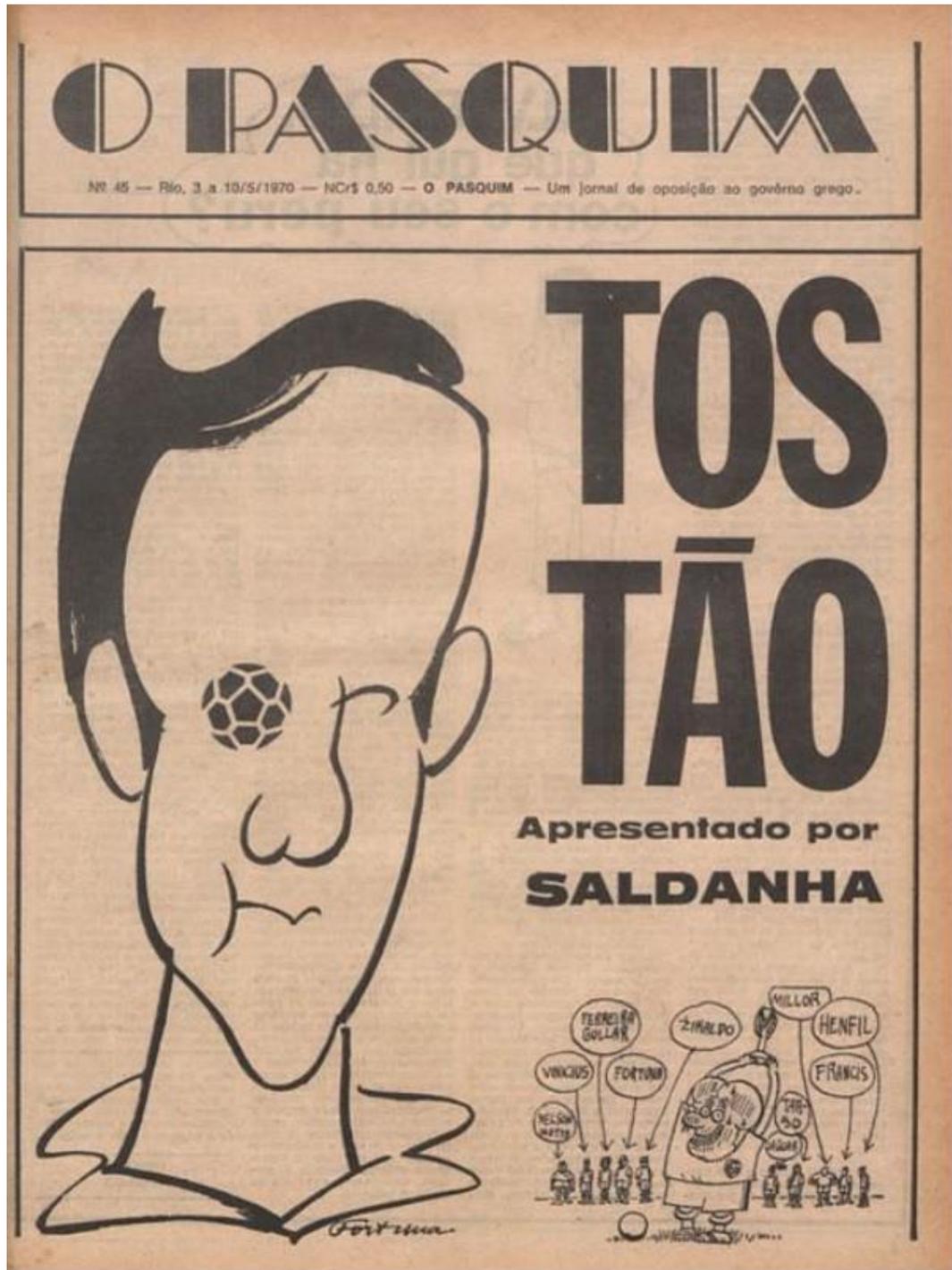


Figura 11 - Capa de O Pasquim/Ano 1970/Edição 45 - Charge destaca Tostão e a Seleção Brasileira (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Na edição de número 45 do periódico, Saldanha opinou sobre o jogador. Afirmou que Tostão foi um dos melhores jogadores que ele já viu, sugeriu que poderia ser um bom técnico depois que deixasse de jogar, definiu como gênio e o colocou em uma lista de super craques do Brasil, junto com Pelé, Gérson e Rivelino.

Na sequência, o jornal publicou uma entrevista de quatro páginas onde o jogador respondeu perguntas da jornalista Marilene Dabus, a primeira mulher a cobrir futebol no Brasil, Sérgio Cabral, Sérgio Oliveira, Ziraldo, Fortuna, Martha Alencar, Tarso de Castro e Jaguar. Entre os temas questionados foram: relação com Pelé, origem do nome, Garrincha, popularidade, defesa do pensamento político e opinião sobre O Pasquim. Confira alguns trechos da entrevista:

Marilene: Você teve alguma inibição quando você fez dupla com o Pelé?

Tostão: No Brasil sempre se teve a mania de procurar o companheiro de Pelé. Eu acho isso muito errado. Nós precisamos de um jogador que jogue e que o Pelé jogue também. Quando eu tive a oportunidade de jogar com o Pelé eu já estava bem mais amadurecido, já vinha de três anos da seleção brasileira e joguei ao lado dele como se estivesse jogando de qualquer outro jogador. Pra mim foi muito bom jogar ao lado do Pelé, eu me senti muito bem porque ele é realmente um supercraque. A gente vê muito jogador se perder quando joga ao lado de Pelé porque sente que é uma responsabilidade muito grande, mas eu acho que o Pelé deve ser encarado como outro jogador qualquer.

Fortuna: Qual é a origem do nome Tostão?

Tostão: Esse nome vem desde criancinha mesmo, desde que eu comecei a andar. Eu não sei muito a razão certa, eu acredito que seja porque era muito pequeno e com dois, três anos já ficava no meio dos maiores chutando a bola.

Oliveira: Você considera o Garrincha como exemplo?

Tostão: Um exemplo não só pra mim, mas para todos os jogadores profissionais de agora. Se fizeram aqui tudo com ele, o que não farão com a gente agora? Quando vou assinar um contrato, meu primeiro pensamento é o Mané. Acho que todos os jogadores pensam assim. O Jairzinho, mesmo naquele caso que teve que retornar o contrato com o Botafogo, pensava exatamente no caso do Garrincha.

Martha: O que significa a popularidade para você?

Tostão: Tem muita coisa de positivo. A nossa condição de ídolo proporciona muita alegria aos outros e eu acho que isso é muito importante. O que tem de negativo é que, na nossa condição de ídolo, nós temos que viver para o público e, às vezes, fugimos da nossa vida cotidiana, da nossa vida particular, e as vezes, a fama nos tira um pouco as coisas melhores da vida que são as coisas cotidianas.

Tarso: Eu morro de medo de dizer que sou democrata. Se você tivesse que se definir politicamente você acha que o homem tem o direito de dizer o que quer, defender o pensamento que ele acredita que seja certo em qualquer situação?

Tostão: Eu acho que sim, mas infelizmente ainda não podemos agora dizer o que queremos porque estamos privados de muita coisa. Eu acho que isso é um direito de todo o homem. Está escrito na Constituição, isso é lei. Mas infelizmente...

Tarso: Escrito onde?

Tostão: Quer dizer, na Declaração dos Direitos do Homem. As vezes a gente tem que ficar sujeitos a coisas que vem de cima, então a gente não pode dizer o que quer, o que pretende. O certo seria que todo mundo tivesse as suas ideias, falasse as suas ideias e mostrasse o que pensa, o que acha, e não a gente ficar numa coisa só e ficar sujeito a aceitar isso e não poder dizer mais nada, eu acho isso errado.

Oliveira – Você é leitor d'O Pasquim?

Tostão: Leio sempre. Quando alguém aparece na concentração com um na mão, todo mundo devora. Olha, apesar de alguns erros, leio todos os jornais brasileiros. Vejo até televisão, embora reconheça que existe muito primarismo. Pelo menos acho melhor ver os programas brasileiros do que ficar aturando aqueles filmes americanos.





Figura 13 - O Pasquim/Pág 29/Ano 1970/Edição 48 - Foto do árbitro Armando Marques e ilustração do personagem do jornal, o ratinho Sig (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

O árbitro escreveu sobre a Copa do Mundo e outros assuntos. Marczal (2013) afirma que os artigos assumiram um aspecto despojado e carregado pelo humor, sem a obrigação de seguir uma pauta específica. Em uma das pautas, Armando entrevistou o técnico da seleção brasileira, Zagalo, após o Brasil vencer a Romênia na fase de grupos, por 3 a 2. O time

brasileiro já estava classificado para a próxima fase e as questões foram direcionadas ao estilo de jogo adotado para aquela partida. Confira:

Armando Marques: Mas não iam ficar na “espera” e só atacar com prudência?

Zagalo: Você deve ter entendido errado. Eu disse atacar sem descuidar da defesa.

Marques: Velho, desculpe-me, mas parece que alguns merecem um “pito” pelo descaso que demonstraram para com o jogo. 2 x 0 não dá o direito de ninguém “rumbar” dentro de campo. Brincar só na hora do recreio.

Zagalo: É uma forma de extravasar o tédio armazenado durante um período tão longo de concentração dentro e fora do Brasil, Armando. A turma tem vivido dias de muita tensão<sup>16</sup> desde que chegamos aqui, até o dia do jogo com a Inglaterra. Fez dois gols de cara, é fogo segurar o “boi”... aqui, no clube. É defeito de “fábrica”...

Marques: Time em ordem para a arrancada?

Zagalo: Regra geral, sim. Algumas contusões, porém sem maiores gravidades. Apenas Clodoaldo é que está mais marombado. Levou um tostão.

---

<sup>16</sup> Há menos de três meses da Copa, o técnico da seleção João Saldanha foi demitido, por decisão política do então presidente, o militar Emílio Garrastazu Médici. Saldanha era filiado ao Partido Comunista. Mário Jorge Lobo Zagallo assumiu o cargo.

# ARMANDO MARQUES



## Papo com Zagalo depois da Romênia

Hall do estádio menos entupido que nas outras partidas, mesmo assim é a seleção brasileira, quem desperta mais atenção e que merece maiores cuidados (muita polícia guardando-a). Zagalo como sempre cercado pelos camaradinhos das estrangeiras. Todos perguntam. Alguns perguntam com resposta também. Se colar, colou. Ingerido que sou de nascença, me intrometo no meio e arrasto o "velho" para o lado (aproveitando a confusão que a saída de Pelé proporcionou).

Eu — Mas não iam ficar na "espera" e só atacar com prudência?

Z — Você deve ter entendido errado. Eu disse atacar sem descuidar da defesa.

Eu — Velho, desculpe-me, mas parece que alguns merecem um "pito" pelo descaso que demonstraram para com o jogo.

2 x 0 não dá o direito de ninguém "rumbar" dentro de campo. Brincar só na hora do recreio.

Z — É uma forma de extravazar o tédio armazenado durante um período tão largo de concentração dentro e fora do Brasil, Armando. A turma tem vivido dias de muita tensão (TENSÃO) desde que chegamos aqui, até o dia do jogo com a Inglaterra. Fêz dois gols de cara... é fogo segurar o "bol"... aqui, no clube. É "defeito de fábrica"...

Eu — Time em ordem para a arrancada?

Z — Regra geral, sim. Algumas contusões, porém sem maiores gravidades. Apenas Clodoaldo é que está mais marombado. Levou um tostão.

Figura 14 - O Pasquim/Pág 6/Ano 1970/Edição 52 - Armando Marques entrevista Zagallo (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

A edição de número 53 trouxe a repercussão do tricampeonato da seleção brasileira, conquistado após a vitória sobre a Itália na final, por 4 a 1. A capa continha uma foto de Aizita Nascimento<sup>17</sup> e na coluna à direita, charges comemorativas do tricampeonato.



Figura 15 - Capa de O Pasquim/Ano 1970/Edição 53 - Foto de Aizita Nascimento e charges em comemoração ao título da Seleção Brasileira (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Nas páginas 2 e 3, os títulos: Forza, mas nem tanto, Itália e México, não tão urgente! A matéria de Armando Marques descreve a comemoração na cidade do México e traz uma entrevista com Zagallo. Confira um trecho:

<sup>17</sup> Ex-atriz e ex-modelo brasileira. Trabalhou em televisão, teatro e cinema. Em 1970, integrou o elenco da telenovela *Assim na terra como no céu*, da TV Globo.

Armando Marques: Estou querendo dizer que você é competente e tem sorte. Macumba?

Zagaló: Que é isso Armando. Eu não faço apelações.

Armando: Ouvi dizer que você tem uma mãe de santo poderosíssima. É verdade?

Zagaló: Bem, quem não tem as suas ajudas?



Figura 16 - O Pasquim/Págs. 2 e 3/Ano 1970/Edição 53 - Crônica de Armando Marques sobre a conquista da Seleção Brasileira e entrevista com Zagaló (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).



Figura 17 - O Pasquim/Págs. 6 e 7/Ano 1970/Edição 53 - Charges de Ziraldo em comemoração ao título do Brasil na Copa de 1970 (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

#### 4.3.5) Política – Abertura Política

A campanha Diretas Já se tornou um símbolo da abertura política no Brasil. Passeatas e o comício realizado para milhares de pessoas na praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984, representou um dos atos populares, mais significativos da história do país, reunindo estudantes e trabalhadores de diversas classes.

O Pasquim abordou o assunto histórico na edição de número 762, que circulou entre 2 de fevereiro de 1984 e 8 de fevereiro de 1984. A capa trouxe a manchete: Especial Direto pras Diretas. A praça da Sé e a Igreja foram ilustradas com um título no canto superior direito: Comício das Indiretas. Abaixo, os nomes dos colaboradores que participaram da edição: Henfil, Jaguar, Fausto Wolff, Claudius, Peron, Esperidião Amin, Darcy Ribeiro e outros.



Figura 18 - Capa de O Pasquim/Ano 1984/Edição 762 - Ilustração da Catedral e da praça da Sé onde ocorreu o Comício das Diretas (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Na página 3, foi publicado um editorial com o texto em letra cursiva, assinado por Jaguar. A cartola trouxe o toque de humor “Tipo editorial” e o título com letras maiúsculas: “PASQUIM PARTE DIRETO PRAS DIRETAS”. No texto, Jaguar posiciona o jornal como “no meio da multidão” e assim como ela, a favor das eleições diretas para presidente, governadores, prefeitos, chefes de torcida e tudo que tiver direito”. Frisa um “BASTA” com letras maiúsculas e justifica que não resistiu, pois desde o começo da carreira teve o sonho de escrever um editorial com um brado retumbante. Finaliza lembrando que não como um só homem, o Brasil se levanta diante da Campanha porque mulheres e homossexuais também estão na briga pelas diretas.

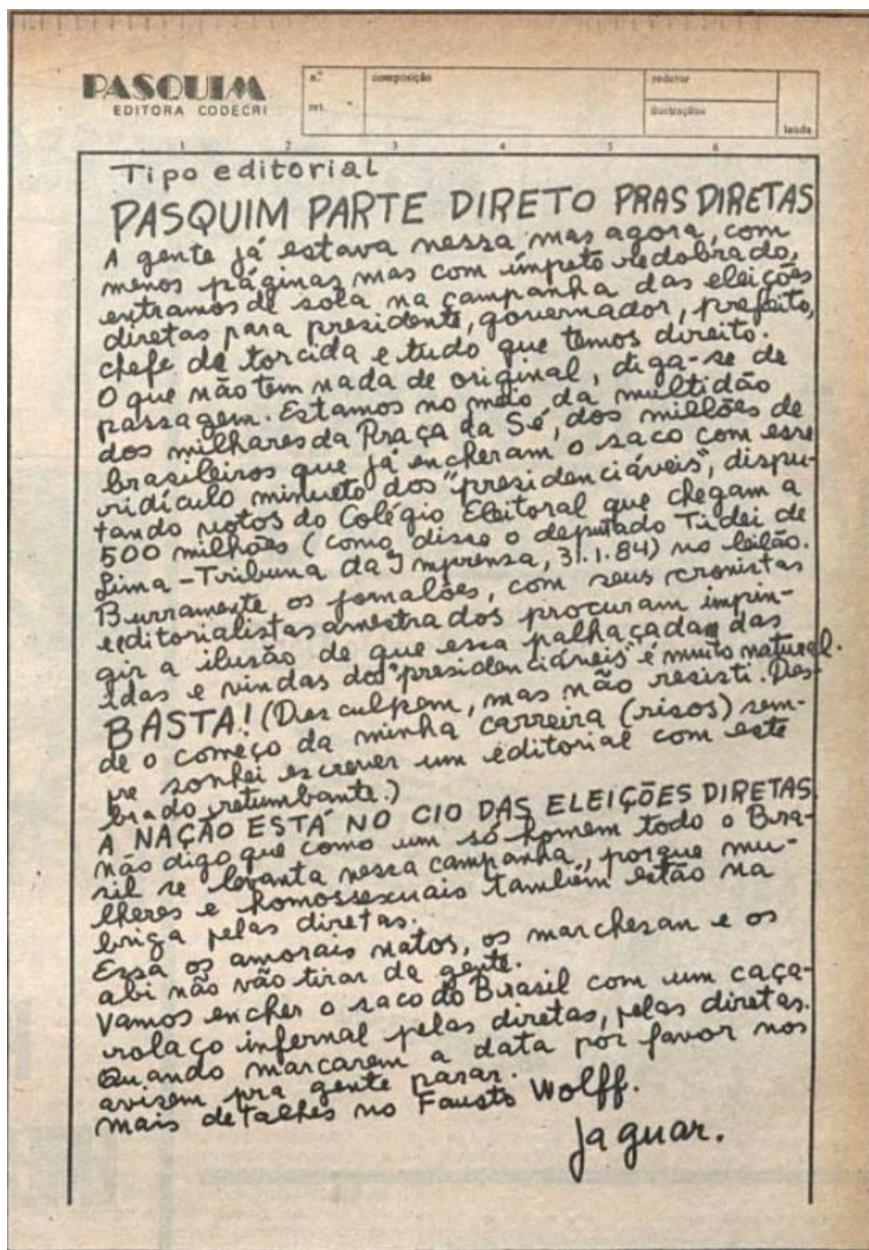


Figura 19 - O Pasquim/Pág. 3/Ano 1984/Edição 762 - Editorial escrito por Jaguar sobre as Diretas (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Nas páginas 9 e 15, as charges de Zerom e Dodó Macedo tecem crítica a abordagem da TV Globo referente ao comício. No Jornal Nacional exibido no mesmo dia, a chamada foi feita desta maneira, omitindo o objetivo do ato: “Festa em São Paulo. A cidade comemorou seus 430 anos com mais de 500 solenidades. A maior foi um comício na praça da Sé.”

Conti (1999), citado por Fantinatti e Moura (2007, p. 3), destacou algo mais propriamente definido como auto-censura. Ele apontou a encruzilhada em que se colocou a Rede Globo, em relação aos comícios, quando outros meios passaram a noticiá-los:

Com a Bandeirantes e a Manchete dando flashes ao vivo e dedicando a maior parte de seus noticiários à manifestação na Sé, Boni imaginou uma maneira de mencioná-la, ao mesmo tempo que cumpria a ordem de não noticiá-la. Numa reunião na sala de Armando Nogueira, determinou que uma repórter falasse da Praça da Sé, em menos de vinte segundos, que ali estava sendo comemorado com um show o aniversário de São Paulo. Não deu certo: além de omitir, a Globo foi acusada de distorcer a verdade (CONTI, 1999, apud FANTINATTI e MOURA, 2007, p. 3).



Figura 20 - O Pasquim/Págs. 9 e 15/Ano 1984/Edição 762 - Charge de Zerom (E) e Dodó Macedo (D) (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

## 4.3.6) Política – Fim da censura e Eleições diretas

Na edição de número 983 de 15 de agosto de 1988, O Pasquim repercutiu o fim da censura prévia. Jaguar escreveu um artigo “Seios e mamatas” sobre a decisão da censura liberando as mamas no horário nobre para a plebe. Também questionou onde estava a CPI da corrupção.

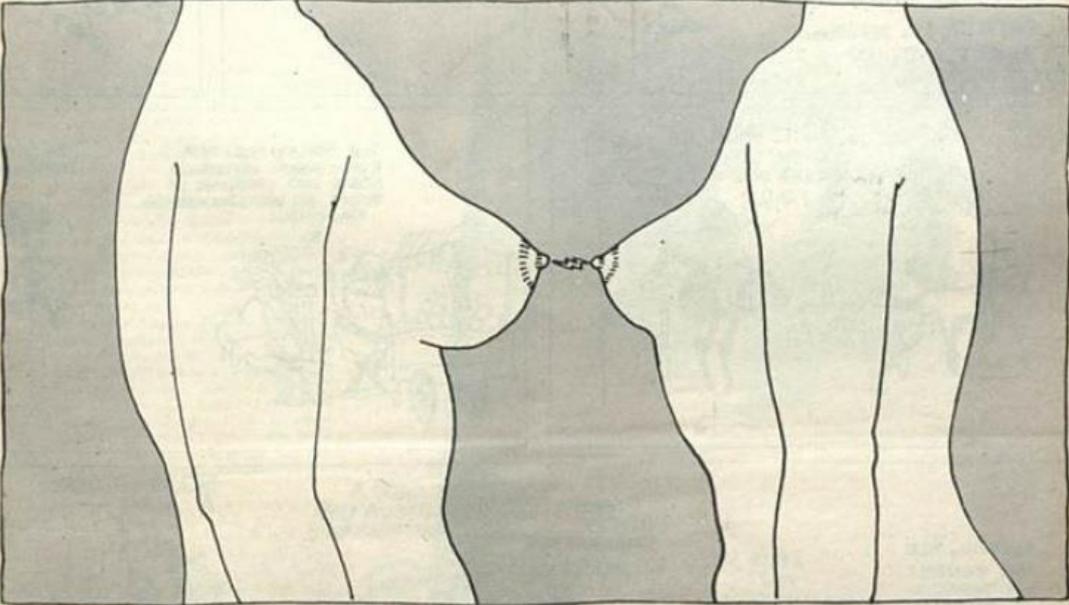


Figura 21 - Capa de O Pasquim/Ano 1988/Edição 983 - Foto de seios nus foi publicada após o fim da censura (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

PASQUIM

Jaguar

## Seios e Mamatas



**P**eito de fora agora pode na TV. Gracias, Jô.

Gabeira, escrevendo n'O DIA, se pergunta se isso é motivo de alegria ou não (até parece que ele é acionista da Du Loren). Se concluir que não é uma boa, basta mudar de canal, do Gordo pra Globo, que mostra no mesmo horário os possantes peitorais do Rambo. Na busca insaciável do ibope, há peito pra todos os gostos.

A decisão da Censura, liberando as mamas no horário nobre pra plebe ignara, lembra a frase de Maria Antonieta "o povo não tem pão? Pois coma brioche."

É isso aí, seus babacas. Parem de chiar contra o aumento do pão, do trem, do colégio e do leite das crianças e curtam a visão de seios macios, redondos e apetitosos como brioche. Parem de reclamar e de pichar os muros pedindo a saída do homem! Não leram nos jornais que até o Brandão Monteiro, do PDT, e o Co-

vas, tucano, querem Sarney até o fim do mandato? Pois é. Eles, do governo, ainda tem muita coisa que fazer. Nem todas as rádios e canais de tevê foram concedidos fisiologicamente pelo Toninho Malvadeza.

Nem todas as irregularidades possíveis foram cometidas. Nem todos os que deram receberam. Ainda falta muito rombo, muito escândalo, muita mamata. A CPI da Corrupção está aí pra isso mesmo. Ei, CPI da Corrupção, você ainda está aí? Dê algum sinal de vida. Não tenho tido notícias suas. É uma pobreza vocês ficarem reclamando da falta de comida e outra faltas. Já que não podem encher a barriga, encham pelo menos os olhos com as tetas à mostra na TV e parem de encher o saco. Gabeira e as feministas que estão contra não passam de umas despeitadas.

É isso aí, Stanislaw. Nem se restaurou a moralidade nem nos locupletamos todos. (Jaguar).

Figura 22 - O Pasquim/Pág. 3/Ano 1988/Edição 983 - Artigo escrito por Jaguar sobre o fim da censura (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Na edição de número 986, que circulou em 13 de outubro de 1988 a censura voltou a ser tema de O Pasquim com uma charge na capa onde Sig, o personagem símbolo do jornal responde uma pergunta do repórter: “O que acha do fim da censura? Acho do \*!”



Figura 23 - Capa de O Pasquim/Ano 1988/Edição 986 - Charge com o personagem do jornal Sig e chamadas na coluna à direita (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Na página 3 desta edição, João Carlos Rabello explica sobre porque decidiu comprar O Pasquim e Jaguar explica porque continua no jornal.

PASQUIM 3

# Por que comprei o Pasquim

**J**á comi muito pão com manteiga como única refeição do dia e essa experiência me deu a consciência perfeita que não tenho a menor vocação para ser herói, nem mártir.

Comprei o Pasquim porque acredito que é uma publicação absolutamente viável e dá para ganhar algum dinheiro. Não vai ser muito, mas pelo menos dará para pagar os fornecedores e os salários dos colaboradores. O leitor pode querer saber por que o Pasquim não deu lucro antes?

Por dois motivos. O primeiro que aqui no velho Pasca raramente teve gente que sabia somar dois mais dois são quatro. A soma dava três quando era para receber ou dava cinco quando se tratava de pagar.

O segundo motivo é de domínio público. O Pasquim é um jornal que revolucionou a imprensa brasileira, foi instrumento de resistência contra a ditadura e, por isso mesmo, perseguido, censurado, caçado, recolhido e esmagado.

Mas o bom humor brasileiro sobrevive a todas as crises e o Pasquim está prestes a completar o número 1.000 e 20 anos de idade. E aí entra o melhor dos desafios. Ganhar dinheiro é relativamente fácil para quem tem algum capital para investir. Basta abrir uma loja de hambúrgues ou uma boutique para yuppies. Quero ver ganhar dinheiro com irreverência, com independência, com sátira, enfim, com tudo que o Pasquim representa no jornalismo mundial.

Como disse, não sou herói, nem mártir. Quero ganhar dinheiro, mas dentro da minha fachada de empresário, bate um coração de jornalista que entre os seus orgulhos está o fato de incluir no currículo a condição de ex-colaborador do Pasquim.

João Carlos Rabello



## Por que vamos editar o Pasquim

**O**ra, em primeiro lugar, porque estamos sendo pagos para isso: relançar o jornal, arrumar a redação, ajudar na fixação de uma linha editorial correta, de um bom projeto gráfico etc. Nada de muito dinheiro, mas, enfim...

Depois, para acabar com essa pecha de jornal alternativo, que só serve para espantar anunciante e enganar os bobos: o que a gente quer fazer é um jornal bem feito, com as melhores charges do Brasil e textos interessantes, atuais, alguns engraçados e outros nem tanto.

Nem currículo, nem linha política definida: se é bom e interessante, sai. É claro que isso não depende só de nós, depende dos donos da casa, que escreveram aí em cima. Isso é

o que a gente pensa: se eles acharem diferente, paciência — faz-se diferente. Afinal, estão pagando. E esta é a grande notícia: o Pasquim está pagando. Não grande coisa, mas paga, eles garantem. Em dia.

Não vamos conseguir tudo de uma vez. Aos poucos, pretendemos ir melhorando aqui e ali, até o jornal ficar como se quer. Não no palpíte, mas com base em pesquisas de mercado.

Em síntese: somos profissionais e o Pasquim é um desafio como outro qualquer. E com chance de dar certo, o que é bom para o leitor, para o anunciante, para os donos e para nós.

Lawel Consultoria e Assessoria de Comunicação

## Por que continuo no Pasquim

é — como dizia o general Juarez, saudoso censor do Pasquim — desenhar caluninhas. Nilson Lage, um cara competente e tarimbado, vai dar uma força pra gente na parte editorial.

A principal novidade é que o Pasquim — que tinha se tornado um de-vez-em-quandário — volta a sair todas as semanas.

Ainda não é o novo Pasquim, mas já por esta edição — feita meio no tapa, muita gente que procuramos sumiu no feriadão — vocês podem sentir que vamos juntar um pessoal da pesada.

A gente chega lá. Faltam 14 edições para o número 1.000. Esperamos chegar tinindo.

Se a cueca samba-canção, o eski-bon e o jingle das lâmpadas GE voltaram à moda, por que não o Pasquim?

Jaguar

Figura 24 - O Pasquim/Pág. 3/Ano 1988/Edição 986 - Artigos de João Carlos Rabello, Lawel Consultoria e Jaguar (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Nas páginas 8 e 9, Léo Salomon escreve uma crítica ao então presidente José Sarney. O texto intitulado Pegou Mal aborda a tremedeira de Sarney ao pegar a Constituição em mãos. Sugere que a tremedeira aconteceu pelo motivo de que Sarney atribuiu ao Congresso para decidir as concessões de Rádio e TV. Na ocasião o presidente deixou “poucas” para os parlamentares: nos últimos 3 meses, deu 156 canais, 110 só em setembro. Sarney preencheu 90% das frequências e canais de rádio e TV tecnicamente disponíveis no país, doando mais de 800 concessões, 200 além da prodigalidade do governo anterior.



Figura 25 - O Pasquim/Págs. 8 e 9/Ano 1988/Edição 986 - Crítica ao então presidente José Sarney escrita por Léo Salomon (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

As primeiras eleições diretas foram as municipais, que ocorreram em 1988, após a promulgação da Constituição do mesmo ano. Foi a primeira vez que os municípios elegeram os prefeitos sem restrições<sup>18</sup>. Na edição de número 989, que circulou em 11 de novembro de 1988, Agostinho Vieira publica um texto em que analisa as estratégias usadas pelos governadores dos três maiores estados do país: Orestes Quércia - São Paulo; Moreira Franco - Rio de Janeiro e Newton Cardoso - Minas Gerais, visando a sucessão presidencial no ano seguinte, 1989.

<sup>18</sup> Nas eleições ocorridas em 15 de novembro de 1982, a escolha de prefeitos e vereadores teve exceção nas capitais de estados e municípios considerados de interesse da segurança nacional, onde as eleições permaneceram indiretas.

Quem ganha e quem perde na luta pelas prefeituras

# A trama do poder

O malogro do PMDB nas principais capitais, sinalizado pelas pesquisas de opinião para o pleito do próximo dia 15 de novembro, com certeza marca uma insatisfação do eleitorado urbano com a legenda do Plano Cruzado, mas está longe de determinar a derrota do partido de Ulysses Guimarães. Como a antiga Arena, os peemedebistas apostam na força de seus currais e dos seus coronéis espalhados por quase todas as cidades do interior.

— “Vamos ganhar em pelo menos 70 por cento dos cerca de quatro mil municípios brasileiros”, alardeava Ulysses para um grupo de jornalistas, há 15 dias. De olho na sucessão presidencial e nas sucessões estaduais, os governadores dos três principais Estados da Federação, Moreira Franco (RJ), Orestes Quêrcia (SP) e Newton Cardoso (MG), investem tempo, dinheiro e prestígio político nesses votos do interior. Nem sempre, entretanto, vitória dos governadores significa vitória do PMDB. Aliados de Moreira Franco, por exemplo, podem ser encontrados nas fileiras do PFL, do PTR, do PTB e do PL siglas que, longe das capitais, constituem braços políticos do Governador.

A dificuldade dos três Governadores em fazer o seu sucessor — à semelhança do que acontece na eleição das capitais — está na falta de bons nomes. No PMDB fluminense, dois candidatos trabalham para obter o apoio do Governador na eleição estadual: o Prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes, — que em janeiro deverá assumir a presidência regional do partido — e o Presidente do BNDES e amigo pessoal de Moreira, Márcio Fortes. O primeiro assume a condição de candidato e já está em plena campanha. O segundo, até pelo cargo que ocupa, evita abordar o tema, menos em rodas de amigos. Especialista em patrocinar grandes acordos, Moreira também trabalha com a possibilidade de subir no palan-



que com um candidato do PFL, e o nome, neste caso, seria o do suplente de senador Hydekel de Freitas. Herdeiro político de Tenório Cavalcanti, Hydekel tem como cacife os cerca de 800 mil votos que deverão levá-lo de volta à Prefeitura de Caxias. Mas tem também um poderoso adversário: o Deputado Federal Francisco Dornelles, que há um ano vem trabalhando para a eleição estadual.

O ex-Governador Leonel Brizola, principal adversário político de Moreira, deverá colocar na disputa um dos seus melhores quadros: o Deputado federal Cesar Maia, que, fugindo à regra geral do PDT, tem trânsito livre entre os empresários e a classe média, Eufórico com a sua virtual eleição para a Prefeitura de Niterói, o Deputado Jorge Roberto da Silveira também sonha em chegar ao Palácio Guanabara, repetindo os passos de seu pai, o ex-Governador Roberto da Silveira, que morreu durante o mandato num acidente de helicóptero.

Os demais personagens dessa eleição, que promete ser mais animada que a disputa pela Pre-

feitura da Capital, deverão ser o banqueiro e o Deputado Federal Ronaldo César Coelho (PSDB), que todos os finais de semana percorre municípios do interior do Estado; a Deputada Federal Benedita da Silva, pelo PT; e o insistente Deputado Federal Alvaro Valle (PL), que a esta altura do campeonato já não tem mais esperanças de chegar ao Palácio da Cidade.

Em São Paulo, a situação de Orestes Quêrcia é semelhante à de Moreira Franco. Com candidatos do PMDB ou de outras siglas minúsculas, Quêrcia deverá eleger cerca de 400 dos 572 Prefeitos do Estado, mas tem muita dificuldade em indicar um bom nome para sucedê-lo. Apesar dos muitos secretários que sonham em ocupar a cadeira de Quêrcia, o virtual candidato do PMDB paulista deverá ser mesmo o Vice-Governador Almino Affonso, um dos principais articuladores da candidatura do Governador à Presidência da República. Mas Almino terá dificuldades para ocupar o principal gabinete do Palácio Bandeirantes; seus adversários têm muito peso. O ex-Ministro da Fa-

zenda, do Planejamento e da Agricultura, o Deputado Federal Delfim Netto (PDS), é o principal deles. A candidatura de Delfim, que vem sendo articulada por setores do empresariado paulista, contaria com o apoio do atual Prefeito, Jânio Quadros, e do virtual Prefeito, Paulo Maluf.

Outro forte candidato ao governo de São Paulo deverá ser o Deputado Federal Guilherme Afif Domingues (PL), que teria, de antemão, o apoio dos mais de 200 escritórios da Federação das Associações Comerciais de São Paulo espalhados por todo o Estado. Afif também contaria com outro importante aliado, o Presidente das Organizações Globo, empresário Roberto Marinho, de quem é amigo pessoal.

Como aconteceu com a eleição municipal, os “tucanos” terão alguma dificuldade para indicar o candidato ao governo paulista, só que por motivos diferentes. Para a Prefeitura, não havia candidatos, mas para o Governo devem ser três os interessados: os Senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso e o ex-Governador Franco Montoro. O fracasso da candidatura da Deputada Luiza Erundina à Prefeitura não deverá deixar dúvidas quanto à indicação do Deputado Federal Plínio de Arruda Sampaio para disputar o Governo do Estado pelo PT.

Entre os três Governadores, o que parece estar em situação mais difícil é Newton Cardoso. Mesmo elegendo, como pretende, cerca de 500 dos 723 Prefeitos de Minas Gerais, Newton terá que enfrentar o prestígio político de um velho adversário, o ex-Governador Hélio Garcia que, apesar de continuar no PMDB, não teria dificuldades de ingressar no PSDB para tentar derrotar Newton Cardoso.

Agostinho Vieira

Figura 26 - O Pasquim/Pág. 3/Ano 1988/Edição 989 - Artigo escrito por Agostinho Vieira (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Na edição de número 1.028 de O Pasquim, as eleições diretas se tornam assunto de destaque. A capa traz a cartola e a manchete: “Nos 100 aninhos da república – Todo mundo pra zona eleitoral”. Uma votação prévia das eleições é feita entre colaboradores do jornal e a chamada de destaque aponta o resultado: “Prévia entre humoristas dá Covas na cabeça”.



Figura 27 - Capa de O Pasquim/Ano 1989/Edição 1.028 - Chamadas e charge destacam sobre as eleições diretas (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).



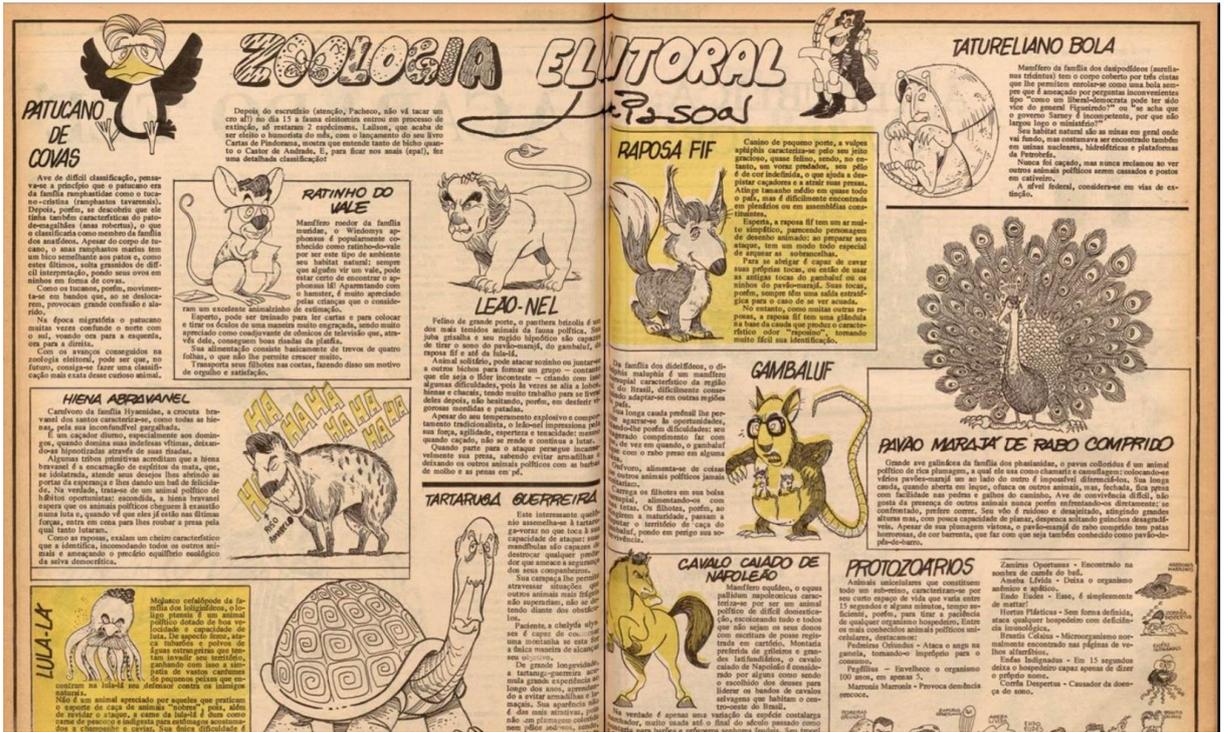


Figura 30 - O Pasquim/Págs. 13 e 14/Ano 1989/Edição 1.029 - Sátira sobre os candidatos a presidência do Brasil (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Na edição de número 1.030, que circulou em 30 de novembro de 1989, O Pasquim traz uma entrevista com um dos candidatos à presidência da República: Luiz Inácio Lula da Silva.



Figura 31 - O Pasquim/Págs. 18 e 19/Ano 1989/Edição 1.030 - Entrevista com Lula (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Enquanto isso, em 1977, Collor estagiava nas empresas do pai em Maceió. Somente 2 anos depois, em 79, seria nomeado prefeito biônico pelo governador biônico, Guilherme Palmeira, por sua vez nomeado pelo presidente biônico, General Geisel.

A edição de número 1.032, que circulou em 12 de janeiro de 1990 repercute a vitória de Fernando Collor.



Figura 32 - Capa de O Pasquim/Ano 1989/Edição 1.032 - Foto de Collor e chamadas nas laterais sobre o resultado das eleições (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Na edição 1.037, O Pasquim aborda a posse de Collor.



Figura 33 - Capa de O Pasquim/Ano 1989/Edição 1.037 - Foto de um abraço entre Collor e Rosane com ilustrações sobre o plano econômico do governo (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

E a edição de número 1.072 é a última edição de O Pasquim, que circulou em 11 de novembro de 1991.



Figura 34 - Capa de O Pasquim/Ano 1991/Edição 1.072 - Foto de Collor e chamadas sobre privatizações (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

## 5) LEITURA ANALÍTICO-DESCRITIVA

Em um primeiro momento, antes de realizarmos a análise temática das edições selecionadas, entre o período da ditadura militar até as eleições diretas, é importante destacar que O Pasquim foi um jornal em formato tabloide com 20 e 36 páginas, em média por edição. O jornal trazia entrevistas, charges, cartas de leitores e análises de colaboradores. Considerando estes elementos, em nossos procedimentos de análise vamos considerar as capas, algumas charges e textos procurando respeitar a ordem cronológica dos acontecimentos. O critério adotado será utilizar aspas para transcrições de fragmentos impressos no jornal.

### 5.1) Entrevistas com personalidades

As capas costumavam trazer ilustrações ou fotos que ocupavam a maior parte do espaço e chamadas distribuídas, sempre abaixo do nome do jornal. A linguagem utilizada nas capas e nos conteúdos publicados no corpo do jornal prezavam pela oralidade. Kucinski (2003) afirma que foi uma revolução para a época:

A característica principal dessa nova linguagem era oralidade, mas, como observa José Luiz Braga, não era uma oralidade única. Não se tratava de uma simplificação através do coloquial ou do popular. Foi todo um novo modo de expressão, dotando os textos de cada escritor dos atributos de expressividade da fala. E talvez indo além. Era como se os artistas da linguagem tivessem sido influenciados pelo modo de produção dos humoristas, pela técnica de isolar elementos do objeto, dissecá-los e deformá-los, aplicando essas técnicas à linguagem escrita (KUCINSKI, 2003, p. 109).

A inscrição de cifrões e número na chamada de capa, ao lado da foto de Leila Diniz na entrevista publicada na edição de número 22 é um dos exemplos de oralidade. Representou o uso do palavrão em um jornal impresso, o que não costumava ser utilizado pela grande imprensa.

O texto foi distribuído com fotos de Leila e olhos<sup>19</sup>, que na diagramação costumam ser utilizados para ressaltar trechos da entrevista. Em um deles, foi destacada a frase “Aliás, acho uma (\*) fazer papel sexy”. A inscrição de (\*) repete a ideia utilizada na capa para representar o uso do palavrão, mas sem prejudicar a leitura.

---

<sup>19</sup> O mesmo que antetítulo. Intertítulo ou pequeno trecho destacado da matéria, diagramado em corpo maior e colocado em janelas da composição corrida. Pequeno texto de chamada para a matéria principal. (Conforme o Dicionário essencial de comunicação)

A entrevista foi centrada em questões pessoais de Leila, como o casamento e profissionais, como a atuação dela na televisão e no cinema. A pauta centrou no universo de Leila, que era atriz e considerada uma mulher ousada para a época. Em meio à repressão, alguns episódios marcaram a ousadia dela: ela mostrou a gravidez de biquini na praia e falou abertamente da vida pessoal. Na entrevista para O Pasquim, Leila disse: “você pode muito bem amar uma pessoa e ir para cama com outra. Já aconteceu comigo”.

Cantores também foram entrevistados pela equipe de O Pasquim, entre eles, a gaúcha Elis Regina. A nova estrela havia surgido dos festivais de música popular brasileira na década de 1960. Aos 24 anos, topou falar abertamente sobre música e outros assuntos, entre eles a sexualidade. Exemplo disso é que Elis não hesitou em declarar apoio ao uso da pílula anticoncepcional: “tem de ser a favor sem parar. O cara não ganha pra ter cinco filhos, como é que vai ter dez? Tem que ter um e tomar pílula pra não ter os outros nove”.

A declaração fez parte de um assunto que estava em pleno debate na época, pois a pílula anticoncepcional ainda era novidade na década de 1960. Somado a isso, a reportagem “1960: Primeira pílula anticoncepcional chega ao mercado” da Deutsche Welle Brasil, sintetiza o pensamento daquele tempo: “o sexo, na época, ainda era tratado apenas como meio de reprodução. A pílula significou uma reviravolta no conceito de sexualidade, pois o casal podia passar a manter relações sexuais apenas por prazer”.

Elis Regina voltou a ser pauta em O Pasquim em 1972, quando apareceu nas charges do cartunista Henfil. A cantora entoou o hino nacional brasileiro em um evento promovido pelos militares durante o Sesquicentenário da Independência e foi alvo de crítica na charge “Cemitério dos Mortos Vivos” do Cabôco Mamadô. Nesta charge, Elis foi “enterrada”, por Henfil que considerou o ato como uma colaboração a ditadura militar.

## 5.2) Censura e Copa do Mundo

O Pasquim foi considerado como um jornal de oposição ao governo. Kucinski (2003) destaca que seus alvos principais foram a ditadura militar, contra a qual se opunha de maneira visceral, a classe média moralista e a grande imprensa.

A busca pelo humor, através do uso de charges e ilustrações constituíam um jornal que continha a “arma poderosa da ironia, a qual o humorista penetrava nas contradições entre palavra e ato enfatizando o grotesco das situações” (KUCINSKI, 2003, p. 26). Esta estratégia fez com que “o sistema militar avaliasse como perigoso o uso da caricatura”:

Ao deformar fisionomias, dissecando e expondo os traços críticos da personalidade, a caricatura individualiza o ataque, abrindo o avanço a retaliações diretas. Neste sentido, O Pasquim passou a ser entendido pela hierarquia militar como instrumento de confronto (KUCINSKI, 2003, p. 26).

Em uma charge publicada na contracapa da edição de número 150, que repercute os festejos do Sesquicentenário da Independência, Millôr preenche a página com a cor preta e pontos brancos que simbolizam o espaço e diversos astros. No canto inferior direito, dois militares conversam: “Numa noite assim, debaixo desse céu incomensurável, milhares de galáxias, milhões de astros, diante do universo infinito, aí é que o ser humano sente o verdadeiro valor da sua prepotência”.



Figura 35 - O Pasquim/Pág. 24/Ano 1972/Edição 150 - Charge de Millôr (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

As reações do governo nem sempre vinham de forma amigável. A equipe de O Pasquim foi presa durante a produção da edição 72 e, por isso, a edição seguinte foi às bancas graças à atuação de colaboradores do meio artístico, em novembro de 1969. Em outro episódio, a redação foi invadida por policiais do DOI-CODI em 1º de novembro de 1970. Foi

neste ano que a censura prévia foi instaurada no jornal, que representava a presença de censores para aprovar ou reprovar conteúdos produzidos para o periódico.

Em meio ao cenário da repressão, o futebol ganhava as páginas da imprensa com a Copa do Mundo de 1970 e a Seleção Brasileira repleta de talentos: Pelé, Tostão, Rivellino, Gerson, Jairzinho, entre outros. A cobertura da Copa pelo Pasquim foi realizada pelo árbitro Armando Marques, que havia apitado diversos jogos de futebol profissional no Brasil e dois jogos no Mundial de 1966.

Armando opinou sobre a atuação individuais de jogadores, seleção brasileira, outras seleções participantes e realizou entrevistas, entre elas, com o técnico Mário Jorge Lobo Zagallo. Com uma linguagem coloquial, que seguia a linha editorial do periódico, as pautas envolviam principalmente o desempenho na competição, quase sempre com toque de humor. A conversa com Zagallo após a vitória sobre a Itália na final foi um dos exemplos. Armando questionou o velho lobo se foi macumba. O técnico respondeu que não fazia apelações, mas depois revelou ter ajudas de mãe de santo.

### 5.3) Abertura política, fim da censura e eleições diretas

O movimento sindical e as greves de 1978, 1979 e 1980 alicerçaram um dos momentos mais significativos da história do Brasil, o comício realizado para 400 mil pessoas na praça da Sé em 25 de janeiro de 1984. A repercussão na grande imprensa foi inevitável e em O Pasquim, aprofundado. A chamada na capa da edição 762 “Especial direto pras diretas”, somadas aos textos e charges dos colaboradores podem ser considerados como exemplo. Em um deles, Fausto Wolff escreveu um artigo intitulado “No front das diretas!”. Em tom de desabafo, o autor disse que foi um momento em que “as pessoas decidiram dizer que o Brasil encheu, que o Brasil estava com nojo da ditadura” e completou afirmando que o “próximo presidente seria eleito diretamente, e que nem haveria outro modo legal”.

O texto de Wolff, apesar de ter sido escrito cerca de 36 anos atrás, ainda permanece atual. Isto porque traduz um momento em que uma parcela da população dá as caras na luta pela democracia. Além das ruas por onde ocorriam as manifestações e a praça da Sé, local de onde ocorreu o histórico comício, hoje existem outras opções de dizer e se fazer ouvir. Tratam-se dos espaços virtuais que permitem manifestações de opinião. Campanhas ancoradas com hashtags nas redes sociais traduzem uma das formas contemporâneas da luta por direitos. Um deles é o manifesto intitulado “Movimento Estamos #Juntos em defesa da

vida, a liberdade e a democracia”. Na página do Movimento na internet, uma citação contextualiza os anseios por um sistema político mais justo:

Como aconteceu no movimento Diretas Já, é hora de deixar de lado velhas disputas em busca do bem comum. Esquerda, centro e direita unidos para defender a lei, a ordem, a política, a ética, as famílias, o voto, a ciência, a verdade, o respeito e a valorização da diversidade, a liberdade de imprensa, a importância da arte, a preservação do meio ambiente e a responsabilidade na economia (MANIFESTO ESTAMOS JUNTOS, 2020).

Na década de 1980, a luta de diversas classes da população resultou em efeitos que vieram a público, especialmente em 1988, com as eleições municipais diretas e 1989, com eleições diretas para presidente da república. Além disso, o fim da censura em agosto de 1988 significou um marco na liberdade de imprensa. O Pasquim, registrou o momento na edição 983 de 15 de agosto do mesmo ano. Exibiu na capa uma fotografia com seios nus e o título “Nós – o povo – podemos ver na TV” “Eles – o governo – continuam mamando”.

O título foi uma referência ao conteúdo veiculado em emissoras de televisão no Brasil. A produção de novelas obteve mais liberdade para a exibição de cenas de nudez, o que pode ser observado principalmente na teledramaturgia da TV Globo e da extinta TV Manchete. Em relação ao governo, o jornal alfinetou fazendo uma ironia em relação aos ocupantes de cargos políticos que continuavam “mamando”, ou seja, sendo pagos pelos cofres públicos.

Sobre liberdade e imprensa, em relação a cobertura política, a eleição presidencial de 1989 foi midiaticizada. A campanha eleitoral teve cobertura de jornais, rádio e televisão. O último debate realizado pela TV Globo, entre os candidatos Lula e Collor, se tornou um dos episódios marcantes da disputa pelo Planalto. O Pasquim publicou na edição 1.031, que circulou em 14 de dezembro daquele ano, uma capa com a caricatura dos dois candidatos vestidos de Papai Noel. Os dois trocam socos e o título no canto superior a direita diz o seguinte: “Natal do Cacete”. A chamada representa a troca de farpas dos candidatos diante das câmeras de televisão. Na mesma edição, a charge de Lailson de Holanda Cavalcanti ilustra o desempenho dos políticos. Posicionado do lado esquerdo está Lula e um balão que ilustra o discurso do candidato: “Renegociação da dívida externa e da dívida interna, fim da especulação financeira e da sonegação, auditorias, investimentos no trabalho, saúde, alimentação e educação, reforma agrária e política agrícola”. Do lado direito está posicionado o candidato Fernando Collor e o balão acima dele, em branco.

As manifestações dos colaboradores de O Pasquim, no entanto, divergiam de matérias veiculadas na grande imprensa. Um dos principais exemplos veio da própria TV Globo que

admitiu ter editado o último debate para exibir no Jornal Hoje e no Jornal Nacional. A explicação foi publicada na página Memória Globo, na sessão erros:

No dia seguinte à sua exibição ao vivo e na íntegra, a Rede Globo apresentou duas matérias com edições do último debate: uma no Jornal Hoje e outra no Jornal Nacional. As duas foram questionadas. A primeira por apresentar um equilíbrio que não houve, e a segunda por privilegiar o desempenho de Collor. Mas foi a segunda que provocou grande polêmica. A Globo foi acusada de ter favorecido o candidato do PRN tanto na seleção dos momentos como no tempo dado a cada candidato, já que Fernando Collor teve um minuto e meio a mais do que o adversário. O PT chegou a mover uma ação contra a emissora no Tribunal Superior Eleitoral. O partido queria que novos trechos do debate fossem apresentados no Jornal Nacional antes das eleições, como direito de resposta, mas o recurso foi negado. Em frente à sede da Rede Globo, no Rio de Janeiro, atores da própria emissora, junto com outros artistas e intelectuais, protestaram contra a edição (MEMÓRIA GLOBO, 2020).

Além da admissão do erro, consta na página Memória Globo que hoje a emissora adota outra postura:

Hoje, a emissora adota como norma não editar debates políticos; eles devem ser vistos na íntegra e ao vivo. Concluiu-se que um debate não pode ser tratado como uma partida de futebol, pois, no confronto de ideias, não há elementos objetivos comparáveis àqueles que, num jogo, permitem apontar um vencedor. Ao condensá-los, necessariamente bons e maus momentos dos candidatos ficarão fora, segundo a escolha de um editor ou um grupo de editores, e sempre haverá a possibilidade de um dos candidatos questionar a escolha dos trechos e se sentir prejudicado (MEMÓRIA GLOBO 2020).

Após o episódio, Fernando Collor, do PRN foi eleito presidente do Brasil. Em uma época onde computadores, celulares e internet não estavam à disposição do grande público, o rádio e a televisão exerciam papel fundamental nas comunicações. A TV Globo, em questão, já tinha abrangência nacional no final da década de 1980 e a programação era transmitida para todo o país, via satélite.

A posse de Collor no início da década de 1990, o plano econômico que envolveu o confisco de dinheiro e o fim de O Pasquim em 1991 integram este breve recorte da história do jornalismo brasileiro.

Na edição de número 1.036, que circulou em 15 de março de 1990, mesmo dia em que Collor tomou posse como presidente, O Pasquim estampou uma foto com lutadores na capa, sendo cada um deles com nome dos chargistas: Mariano, Ykenga, Márcia Z, Chico Caruso, Nássara, Nani, Aliedo, Mollica, Jaguar e Vilmar. No título: “Vem que tem, Fernando!” e a cartola<sup>20</sup>: “Chargistas prontos para 5 anos de porrada”.

---

<sup>20</sup> Também chamada de Antetítulo ou Chapéu. Palavra ou frase em corpo menor do que o utilizado no título e colocada antes (geralmente acima) dele, para introduzi-lo, indicar o assunto ou a pessoa nele focalizada, ou localizar a posição geográfica temporal. (Dicionário Essencial de Comunicação).



Figura 36 - Capa de O Pasquim/Ano 1990/Edição 1.036 - Foto de lutadores com ilustração sobre os desafios do presidente (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

A crítica era centrada nos desafios do novo presidente. Na página 8, uma charge ilustrada por Nani provoca Collor, em relação a expectativa dele cumprir as promessas de campanha. Na charge, consta uma lista com “Alguns milagres que todos esperam de Collor”. Entre alguns tópicos estão: “Os postos vão entregar álcool a domicílio”, “O Brasil vai

importar terra, talvez da Austrália, para fazer a reforma agrária” e “Depois do dia 15 de março, todo empregado passa a ser patrão”.

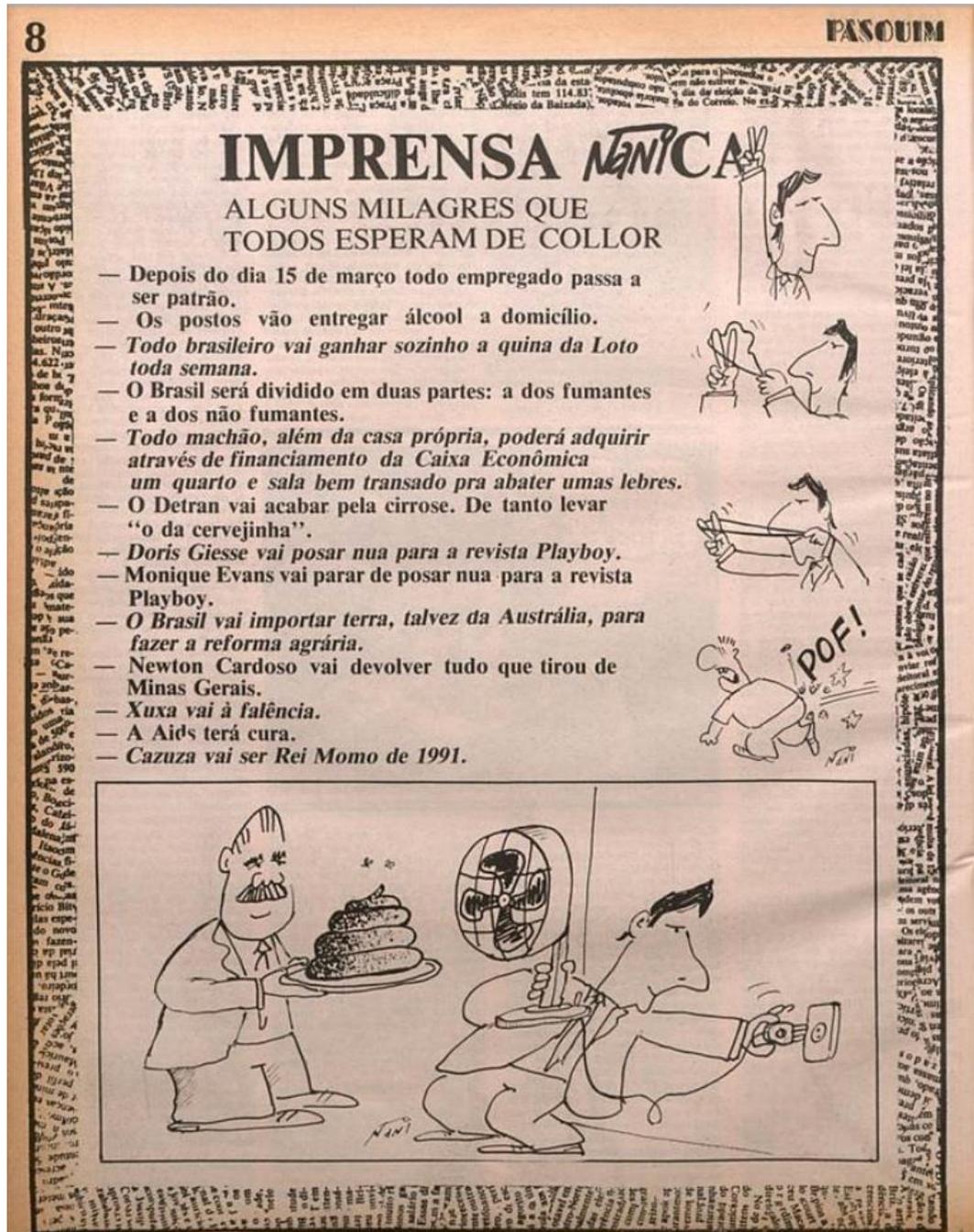


Figura 37 - O Pasquim/Pág. 8/Ano 1990/Edição 1.036 - Charge ilustrada de Nani (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

Na edição de número 1.037, que circulou em 30 de março de 1990, mais críticas sobre as medidas previstas pelo Plano Collor. A capa mostrou um abraço entre Collor e a esposa, Rosane. Vários balões com frases ilustram o momento. O balão acima de Rosane consta um

pedido “Passa a mão na minha poupança Nandinho”. O balão acima de Collor, vem a resposta “Na sua e na de todo mundo”. Frases alusivas ao plano que seria adotado pelo governo, e que consta em outro balão na capa “Tudo sobre o Plano Collor”, além de frases do personagem do jornal, o ratinho Sig. Em um balão, consta: “Tudo sobre seu dinheiro lá dentro”.

Dois editoriais foram publicados nesta edição: um escrito por João Carlos Rabello e outro escrito por Jaguar. Os dois textos teceram críticas sobre uma das medidas do Plano Collor que causaram mais impacto: o confisco da poupança. Na prática, significou o bloqueio das cadernetas de poupança, que duraram cerca de 18 meses. Jaguar argumentou que a medida foi inspirada na reforma econômica feita na Alemanha, no pós-guerra, em 1948, mas salientou que aquele país contou com ajuda externa. Rabello foi mais incisivo e citou um reflexo que poderia ser gerado com a medida provisória: o empobrecimento da população, em especial, a classe trabalhadora. Ele finalizou fazendo uma reivindicação: “Quero pagar minhas dívidas com o governo daqui há um ano e meio, em doze parcelas mensais. Afinal, se o governo estava fudido e pode dar o calote com meia dúzia de medidas provisórias, nós também às vítimas da ciranda financeira temos direito”.



Figura 38 - O Pasquim/Págs. 3 e 5/Ano 1990/Edição 1.037 - Editorial escrito por João Carlos Rabello (E) e editorial escrito por Jaguar (D) (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

A medida provisória era uma tentativa escolhida pelo governo para conter a inflação no país, que em março de 1990 chegava aos 80% ao mês. Ficou marcada pelo confisco de parte da poupança e do saldo em contracorrente dos brasileiros. De acordo com a reportagem

da Folha de São Paulo, intitulada “Confisco das poupanças durante o governo Collor faz 30 anos”, divulgada em 15 de março de 2020, até hoje o confisco da poupança é motivo de disputa na Justiça. Segundo a reportagem, bancos querem incluir o plano de 1990 no acordo que tenta encerrar ações por perdas de poupadores dos outros planos econômicos. A estimativa dos bancos é de que 143,8 mil poupadores do Plano Collor sejam beneficiados pelo acordo coletivo.

Mesmo três décadas após a adoção da medida provisória, que ainda é motivo de ações pendentes na justiça, Collor nega a existência do confisco. Em entrevista ao Yahoo Finanças, divulgada em 1º de julho de 2020, o ex-presidente afirmou que “não houve confisco da poupança” e justificou dizendo que “só pode ser configurado confisco quando o dinheiro não é devolvido”. Completou alegando que “os valores foram devolvidos em parcelas por seu governo”.

A economia continuou sendo um dos principais temas do governo nos meses seguintes. Um dos assuntos que ganharam destaque envolveu as privatizações. Na edição 1.072, que circulou em outubro de 1991, O Pasquim publicou uma foto de Collor na capa, vestido com uma camiseta com a frase “É dando que se dá”; logo acima, um balão com a frase: “Na minha mão é mais barato!” e a manchete: “Privatização é o cacete!”, além de chamadas no canto inferior direito para entrevista e conteúdo sobre Dr. Fritz.

Na contracapa, Nani produziu uma charge criticando a política de privatizações do governo:

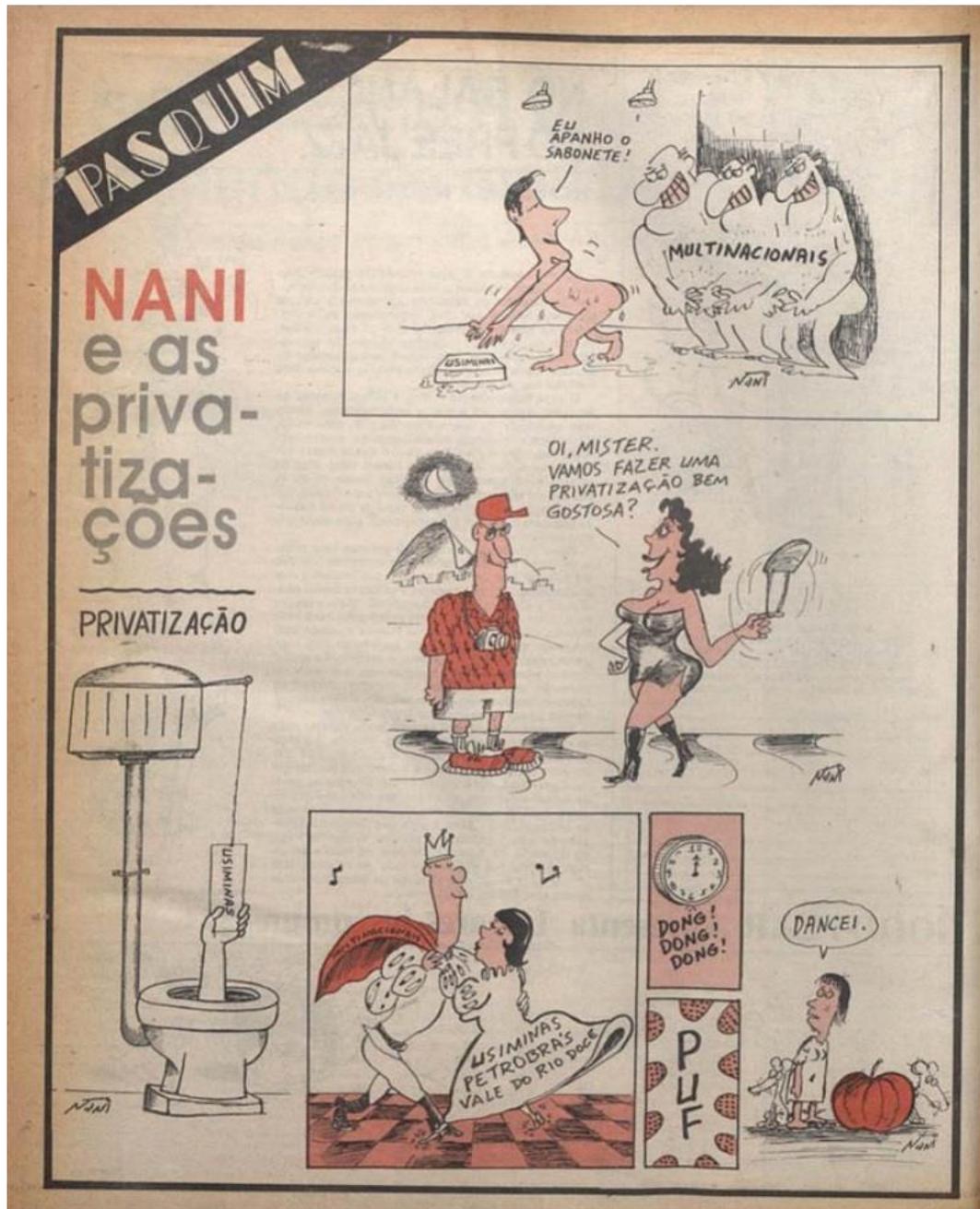


Figura 39 - O Pasquim/Pág. 20/Ano 1991/Edição 1.072 - Charge produzida por Nani (Fonte: Reprodução/Hemeroteca Digital).

A política neoliberal teve como princípio privatizar estatais. Em 1991, constavam na lista do governo empresas como Usiminas, Petrobras e Vale do Rio Doce. A Usiminas, que era uma das empresas mais rentáveis do setor siderúrgico do país, foi a única privatizada naquele ano, sendo arrematada pelo Grupo Gerdau.

A charge de Nani sobre as privatizações foi a última publicada em O Pasquim. Kucinski (2003) aponta que um dos motivos que levou ao encerramento das atividades foi editorial “O Pasquim foi se contaminando pelo clichê do bom e do mau. Ocorre que nos anos

de 1980 não havia mais lugar para essa visão esquemática. O humor absurdo do Planeta Diário tomou conta”. O fator financeiro foi o outro motivo citado pelo autor:

Em agosto de 1988, O PASQUIM vendia apenas três mil exemplares, em edições quinzenais e não mais semanais. Às vezes "cava um mês sem sair. Havia dívidas acumuladas em gráficas, trinta ações trabalhistas correndo na justiça. A editora Codecri já havia fechado, tendo-se perdido todos os seus estoques de livros. “Os jovens já não sabiam o que era O Pasquim67 (KUCINSCKI, 2003, p. 118).

Em 2002, Ziraldo e Zé Alves Pinto lançaram uma nova edição do jornal, chamada de OPasquim21. O periódico contou com alguns dos antigos colaboradores, como Fausto Wolff e Miguel Arcanjo Prado. No entanto, teve vida curta e permaneceu em circulação até o ano de 2004.

## 6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura analítico-descritiva efetuada no capítulo anterior nos possibilitou perceber as estratégias que o jornal O Pasquim utilizou para proporcionar o humor no campo da comunicação. Ainda que possa soar como óbvio, abordar os assuntos do dia, ou seja, trazendo a atualidade para os leitores foi o primeiro passo adotado pelo jornal. Mas a maneira de tratar os assuntos se tornou o diferencial do periódico.

O Pasquim abdicou das reportagens tradicionais e enfatizou entrevistas, sendo que as mais aprofundadas ocupavam no mínimo quatro páginas do tabloide. Os desenhos ganharam espaço com charges produzidas pelos colaboradores. As letras somadas às ilustrações deram vida às sátiras e, um jeito peculiar de tecer críticas aos governos e costumes.

Essas características configuraram uma nova linguagem nas bancas, na segunda metade do século XX. Isto porque O Pasquim tinha como foco a oralidade, o que significou produzir conteúdo com textos objetivos e sinais gráficos para ilustrar expressões ou palavras. Por se tratar de uma iniciativa privada e não de concessão pública, O Pasquim adotou uma linha opinativa e enquanto jornal, se posicionou diante dos acontecimentos. Sustentou uma linha editorial contrária aos atos que sobressaiam a constituição e os direitos humanos. Repercutiu assuntos considerados tabus, como drogas, feminismo, pílula anticoncepcional e homossexualidade. Tudo isso, em meio a um sistema político antidemocrático, que permaneceu instável, até o final da década de 1980.

O que este trabalho acrescenta enquanto pesquisa, é que mesmo diante de uma realidade complexa, e por vezes, adversa, O Pasquim resistiu por mais de duas décadas e circulou 1.072 vezes, de 1969 a 1991. Um trabalho que envolveu altruísmo dos colaboradores e comprometimento com a qualidade da informação, o que é tão necessário nos dias atuais.

Esta pesquisa proporcionou mais do que uma volta no tempo, foi um aprendizado sobre como é possível fazer jornalismo, fugindo do óbvio. Demonstrou que é possível produzir conteúdo com credibilidade e humor, mesmo enfrentando diferentes sistemas políticos. Por esses motivos, acreditamos que este mergulho sobre a história de O Pasquim fez com que este trabalho alcançasse os objetivos, percebendo uma presença jornalística, mesmo quando as abordagens envolviam temas delicados da realidade. Possibilitou refletir sobre o que é representatividade da imprensa livre, o que é um preceito da democracia.

É necessário destacar ainda que este encontro com um dos personagens da história contemporânea do jornalismo brasileiro permitiu fazer um recorte de momentos importantes do país. Andar pelos corredores da exposição 'Pasquim 50 anos', em meio às capas, discos e

totens com as fisionomias dos fundadores, e alguns cartunistas e colunistas, impactou o autor desta pesquisa, pois fez deslumbrar um universo gráfico que salientou a charge e a ilustração, em jornal impresso.

A visita a exposição foi um gatilho para ir além. Graças a página da Hemeroteca Digital<sup>21</sup>, que faz parte da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, foi feito o acesso ao conteúdo completo de O Pasquim. O acesso permitiu cumprir um dos objetivos da pesquisa, que era conhecer e entender mais sobre o corpus deste trabalho. O acesso às páginas de O Pasquim, através da Hemeroteca, significou explorar uma fonte de pesquisa, responsável por digitalizar e disponibilizar acesso de periódicos impressos e documentos. Desta forma, refletimos sobre a importância da democratização de conteúdos culturais. Ao disponibilizar o material digitalizado pela internet, o acesso se torna fundamental, para estudantes que, muitas vezes, não têm acesso a bibliotecas e museus.

Por fim, compreendemos que o exemplo do que foi feito pode ficar registrado na história e por vezes exposto em museus, espaços culturais ou através da internet. É possível que ganhe relevância quando levado adiante e, é esta premissa que nos move enquanto jornalistas: descobrir, conhecer mais sobre a história do jornalismo produzido no Brasil e através disto levar diferentes olhares, experiências e registros que signifiquem algo para a vida das pessoas. Neste contexto, finalizo com as palavras do jornalista Franklin Martins (2005): o jornalista tem a capacidade de captar, antes de qualquer atividade, o que é o novo mundo. É isso que é fascinante no jornalismo.

---

<sup>21</sup> Link para acesso do site da Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. H. M. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 2. ed. Bauru: Edusc, 2005.

BARBOSA, Gustavo Guimarães; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário essencial de comunicação**. Editora Lexikon, 2014. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/158542>>. Acesso em 11 mai. 2020.

BERGER, Peter L. O riso redentor. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

CORDEIRO, Janaína Martins. As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26. 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300478234\\_ARQUIVO\\_ANPUH2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300478234_ARQUIVO_ANPUH2011.pdf)>. Acesso em: 24 mai. 2020.

DA SILVA, Josimey Costa. O humor nada objetivo e um jornalismo muito sério. In: Comunicare: revista de pesquisa. v. 2, nº2. São Paulo: Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, 2002. Disponível em: <<http://www.josimeycosta.objectis.net/ensaios/o-humor-nada-objetivo-e-um-jornalismo-muito-serio-1>>. Acesso em: 18/09/2019.

DE CASTRO, Bruno Fernando Santos. “Um herói de dois séculos”– o lugar do jornal A Manhã e de Aparício Torelly na memória do jornalismo carioca. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicação da UFRJ, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Um%20heroi%20de%20dois%20seculos.pdf>> Acesso em: 18/09/2019.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2006.

FANTINATTI, Márcia; MOURA, Patrícia Rodrigues de. A cobertura dada pela Rede Globo ao movimento Diretas Já: o que as atuais gerações sabem a respeito? In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29 ago-2 set. 2007, Santos. Anais...

GLOBO, Memória. Debate Collor x Lula. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/erros/debate-collor-x-lula/relato>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

GRUDZINSKI, Silvia Cristina. Critérios Jornalísticos de Noticiabilidade Presentes na Rotina Produtiva Charge. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, v. 2009, p. 01-11, 2009. <<http://bocc.ubi.pt/pag/bocc-kika-criterios.pdf>>.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

MARCZAL, Ernesto Sobocinski. Sobre a unidade em torno de um caneco: futebol, política e imprensa na vitória “brasileira” na Copa do Mundo de 1970. Revista de História do Esporte, 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/dudus/Documents/UFN/2Sem.2019/TFG%201/Refer%C3%A4ncias%20Bibliogr%C3%A1ficas/Copa\\_70.pdf](file:///C:/Users/dudus/Documents/UFN/2Sem.2019/TFG%201/Refer%C3%A4ncias%20Bibliogr%C3%A1ficas/Copa_70.pdf)> Acesso em: 08/12/2019.

MARTINS, Franklin. Jornalismo Político. São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1344>>. Acesso em: 11/04/2020.

MELO, José Marques de. A Opinião No Jornalismo Brasileiro. Petrópolis - RJ: Vozes, 1985.

Notícias, Yahoo. 'Não houve confisco da poupança', diz Collor sobre seu governo. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/nao-houve-confisco-da-poupanca-diz-collor-sobre-seu-governo-220234739.html>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

ORG. Juntos. Manifesto Estamos Juntos. Disponível em: <<https://movimentoestamosjuntos.org/>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

PIMENTEL, Luís. Entre sem Bater! O humor na Imprensa: do Barão de Itararé ao Pasquim 21. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ROCHA, Rejane Cristina. Da utopia ao ceticismo: a sátira na literatura brasileira contemporânea. 2006. 226 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102414>>.

São Paulo, Folha de. Confisco das poupanças durante o governo Collor faz 30 anos. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/confisco-das-poupancas-durante-o-governo-collor-faz-30-anos.shtml>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

SEQUEIRA, Priscila Chagas Ribeiro. Jornalismo de humor no Brasil e o programa Custe o que Custar (CQC). 2011. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/3160/1/PSequeira.pdf>> Acesso em: 18/09/2019.

SILVA, Thaysa Danyella Lira da; SILVA, Edcleide Maria da. Mas o que é mesmo Corpus? – Alguns apontamentos sobre a construção de corpo de pesquisa nos estudos em administração. Rio de Janeiro: XXXVII Encontro da ANPAD, 2013. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013\\_EnANPAD\\_EPQ1021.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EPQ1021.pdf)>. Acesso em: 28/11/2019.

TRAQUINA, Nelson. O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

Welle, Deutsche. 1960: Primeira pílula anticoncepcional chega ao mercado. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1960-primeira-p%C3%ADlula-anticoncepcional-chega-ao-mercado/a-611248#:~:text=1960%3A%20Primeira%20p%C3%ADlula%20anticoncepcional%20chega%20ao%20mercado,h%C3%A1%20bitos%20sexuais%20do%20mundo%20ocidental.>>. Acesso em: 17 jun. 2020.